



Paços do Concelho Angra do Heroísmo. Ilha Terceira-Açôres.

Vera Borges Toste

Análise económica das políticas municipais espelhadas nas GOP do concelho de Angra do Heroísmo

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em Economia Financeira e Monetária

Janeiro de 2016



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Relatório de Estágio Curricular

Análise económica das políticas municipais espelhadas nas GOP do concelho de Angra do Heroísmo

Vera Borges Toste

Orientador de Estágio na FEUC: Professora Doutora Susana Jorge

Supervisor na Entidade: Dr. João Pedro Cardoso

Data de início do Estágio: 2 de setembro de 2015

Data de Conclusão do Estágio: 30 de dezembro de 2015

Coimbra, Janeiro de 2016

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Lista de siglas	vii
Índice de figuras	viii
Índice de tabelas	ix
Introdução	1
Capítulo 1 – O Estágio	3
1.1. Apresentação da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.....	3
1.1.1. História, organização e funcionamento.....	3
1.1.2. Enquadramento orçamental, económico e financeiro.....	6
1.1.3. A Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos.....	9
1.2. Tarefas desenvolvidas durante o estágio.....	12
1.3. Análise Crítica.....	17
Capítulo 2 – O Orçamento e as Grandes Opções do Plano	19
2.1. Conceitos, função e relacionamento.....	19
2.2 O Orçamento e as GOP na CMAH.....	25
Capítulo 3 – Análise Económica e Social do concelho de Angra do Heroísmo	35
3.1. Metodologia.....	35
3.2. Análise de alguns indicadores.....	36
Conclusão	44
Bibliografia	46
Legislação	47
Referências Eletrónicas	48
Anexos	49

Agradecimentos

Este Relatório de Estágio representa a conclusão de uma etapa muito importante e que exigiu muito esforço, dedicação e persistência. Chegando o fim, aproxima-se o sabor especial da realização.

Sozinha jamais teria conseguido. Por isso é com muita satisfação que agradeço a todos os que direta ou indiretamente o tornaram possível.

De uma forma muito especial, agradeço aos meus pais que me transmitiram a força que precisava, quando esta parecia querer faltar, assim como todo o apoio, conselhos e acompanhamento em todas as minhas escolhas.

Às minhas Avós, que muito rezaram por mim.

À minha irmã e cunhado, por toda a amizade e partilha de conhecimentos com que me premeiam diariamente.

Ao João, por toda a dedicação e companheirismo ao longo de todos estes anos.

Ao Dr. João Pedro Cardoso, supervisor por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pela sua prontidão no esclarecimento das dúvidas que iam surgindo ao longo do estágio. A todos os elementos da secção de Contabilidade, com quem trabalhei, que me receberam da melhor forma e me transmitiram conhecimentos valiosos, ao longo dos quatro meses de estágio.

À minha orientadora, a Professora Doutora Susana Jorge, pela disponibilidade e auxílio prestado na elaboração deste Relatório.

Por fim, a todos os meus amigos, por estarem sempre presentes.

A todos um sincero obrigada!

Resumo

Com este trabalho pretende-se analisar as políticas municipais do concelho de Angra do Heroísmo, as quais são espelhadas nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal. Estas definem os objetivos estratégicos para o desenvolvimento económico e social do município e compreendem uma base móvel de quatro anos. Este planeamento estratégico torna-se viável através das propostas de Orçamento da entidade. Como tal, é importante esclarecer e relacionar estes temas, bem como o seu funcionamento na CMAH. Adicionalmente, é feita uma análise económica, financeira e social do concelho de Angra do Heroísmo, com base em indicadores retirados dos Anuários Estatísticos da Região Autónoma dos Açores, para o período de 2010 a 2014, relacionando-os com as áreas de intervenção das políticas municipais.

Observa-se que a CMAH intervém na educação, empreendedorismo, desporto, cultura e ambiente, com o objetivo de estimular não só o crescimento e a competitividade económica do concelho, como também contribuir para a qualidade de vida dos seus residentes e, em última instância, para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: políticas municipais, Grandes Opções do Plano, Orçamento, desenvolvimento local, indicadores estatísticos.

Abstract

This report aims to analyse the municipal policies of the municipality of Angra do Heroísmo, which are mirrored in the Major Options of the Plan of the City Council. These define the strategic objectives for economic and social development of the municipality, embracing a mobile base of four years. This strategic planning becomes viable through the entity's Budget proposals. As such, it is important to clarify and relate these themes in order to understand how they operate in the City Council of Angra do Heroísmo. Additionally, this project develops an analysis of the economic, financial and social development of the municipality of Angra do Heroísmo, based on indicators drawn from the statistical yearbooks of the Region of Azores for the period between 2010 and 2014, relating them to areas of intervention of the municipal policies.

It can be observed that the City Council of Angra do Heroísmo has a strong intervention in various areas such as education, business entrepreneurship, sports, culture and environment issues, so as to stimulate growth and economic competitiveness in the municipality, as well as contributing to the quality of life of its residents, ultimately impacting in the development of the region.

Keywords: municipal policies, Major Options of the Plan, Budget, local development, statistical indicators.

Lista de siglas

AIRC – Associação de Informática da Região Centro

CMAH – Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

CRP – Constituição da República Portuguesa

FCM – Fundo de Coesão Municipal

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FGM – Fundo Geral Municipal

FSM – Fundo Social Municipal

GOP – Grandes Opções do Plano

INE – Instituto Nacional de Estatística

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

LEO – Lei de Enquadramento Orçamental

LOE – Lei do Orçamento de Estado

OE – Orçamento de Estado

POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

RAA – Região Autónoma dos Açores

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica

SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

UGFRH – Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Índice de figuras

Figura 1: Organigrama da CMAH	5
Figura 2: Evolução da receita, em 2014	6
Figura 3: Evolução da estrutura da despesa, em 2014.....	7
Figura 4: Proveitos e ganhos, em 2014	8
Figura 5: Custos e perdas, em 2014.....	8
Figura 6: Documentos Previsionais	20
Figura 7: Evolução do montante executado das GOP 2010-2015.....	34
Figura 8: Investimento na área 01 e indicadores de atividade económica	37
Figura 9: Investimento na área 02 e indicadores de habitação	39
Figura 10: Investimento na área 03 e indicadores de proteção civil e ambiente	41
Figura 11: Investimento na área 05 e indicadores de educação e cultura	42

Índice de tabelas

Tabela 1: Resultados da CMAH, em 2014	9
Tabela 2: Receita orçamental da CMAH	27
Tabela 3: Despesa orçamental na CMAH	29
Tabela 4: Correspondência entre estruturas de apresentação das GOP e indicadores	36

Introdução

O relatório que se segue foi elaborado no âmbito da unidade Estágio Curricular, tendo em vista a conclusão do Mestrado em Economia, com especialização em Economia Financeira e Monetária pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

A realização deste estágio pretende ser um complemento à formação académica, proporcionando a oportunidade de um primeiro contacto com o mercado de trabalho e consequente aplicação dos conhecimentos adquiridos no percurso, tanto na Licenciatura como no Mestrado, em Economia.

Neste sentido, este estágio curricular foi realizado na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (CMAH), na Ilha Terceira (Açores), tendo-se iniciado a 2 de Setembro e terminado a 30 de Dezembro de 2015.

Como elemento complementar de avaliação é obrigatório a elaboração de um Relatório de Estágio, que pretende, por um lado, descrever as atividades realizadas na entidade de acolhimento, estabelecendo um elo de ligação entre a aprendizagem académica e a profissional; por outro lado, procura-se também desenvolver teoricamente um tema, de alguma forma associado com a área de prática no estágio.

Assim sendo, o tema escolhido baseia-se numa análise das políticas municipais espelhadas nas Grandes Opções do Plano (GOP) do concelho de Angra do Heroísmo, dado que uma parte bastante importante do estágio focou-se na elaboração da proposta do Orçamento e GOP para 2016.

Em seguimento, este relatório encontra-se organizado em três capítulos como se seguem.

O capítulo 1 descreve o estágio. Em primeiro plano será feita uma apresentação da entidade de acolhimento, descrevendo um pouco a sua história, organização e funcionamento, bem como fazendo um enquadramento da sua situação orçamental e económica. Seguidamente, abordar-se-á o funcionamento da Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos, departamento da CMAH onde se realizou o estágio. Por último, será feita uma descrição das tarefas realizadas durante o percurso na entidade, terminando com uma breve análise crítica.

O capítulo 2 centra-se no Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP). Aqui serão descritos e explicados os conceitos, bem como a sua relação. Posteriormente, analisar-se-á o Orçamento e as GOP no contexto do município de Angra do Heroísmo, onde será realçada a sua importância para o desenvolvimento local.

O capítulo 3 consiste numa análise económica e social do concelho de Angra do Heroísmo. Inicialmente apresentar-se-á a metodologia adotada e seguidamente far-se-á uma análise histórica e descritiva de alguns indicadores. O último subponto deste capítulo estará focado no impacto económico e social das GOP no concelho.

O relatório termina com considerações finais na Conclusão.

Capítulo 1 – O Estágio

1.1. Apresentação da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

1.1.1. História, organização e funcionamento

A cidade de Angra, elevada à categoria em 1534, foi palco de importantes acontecimentos ao longo da sua história. Angra tornou-se uma referência obrigatória nos interesses económicos, políticos e estratégico-militares, marcando a história de Portugal ao tornar-se, entre 1580 e 1583, na sede do governo do país. Em 1766, por decreto do Marquês de Pombal, torna-se sede da Capitania Geral dos Açores e o centro político e militar do Arquipélago. Por esta participação, e pelos feitos em prol das ideias de liberdade, é-lhe conquistado o acrescentar do título para “do Heroísmo”.

Angra do Heroísmo abrange uma área de 239.88 km², ou seja, cerca de 60% da área total da ilha, sendo essa área distribuída por dezanove freguesias, cinco das quais – Sé, Nossa Senhora da Conceição, São Pedro, São Bento e Santa Luzia – compõem a sede do Concelho, e sendo as restantes catorze – São Mateus da Calheta, Posto Santo, Terra Chã, São Bartolomeu dos Regatos, Cinco Ribeiras, Santa Bárbara, Doze Ribeiras, Serreta, Raminho, Altares, Ribeirinha, Feteira, Porto Judeu e São Sebastião – freguesias rurais. Todas estas abrigam cerca de 35 065 habitantes¹, fazendo com que o concelho de Angra seja o mais populoso do Grupo Central do Arquipélago.

A atividade cultural neste concelho é assinalada pelas festas do Espírito Santo, pelas tradicionais touradas à corda, típicas da Ilha Terceira, pelas festividades do Carnaval e pelas festas Sanjoaninas, as quais celebram os Santos Populares.

Relativamente à estrutura da atividade económica há uma afetação predominante no setor terciário, o qual emprega maior parte da população, de cerca de 52,8%, seguindo-se o setor primário, com um peso ainda forte, cerca de 33,2% e, por fim, o setor secundário com apenas 14%, destacando-se as indústrias de lacticínios e bordados. De evidenciar que a atividade turística é de grande importância para o concelho, como para todo o Arquipélago dos Açores, contribuindo para a classificação da cidade de Angra do Heroísmo como Património Mundial pela UNESCO, em 1983.

¹ Informação do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) em <http://estatistica.azores.gov.pt/>.

O edifício dos Paços do Concelho, onde é ainda hoje a sede da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, localiza-se no centro da cidade e destaca-se por constituir um dos raros exemplos de um edifício camarário construído de raiz para a função que ocupa.

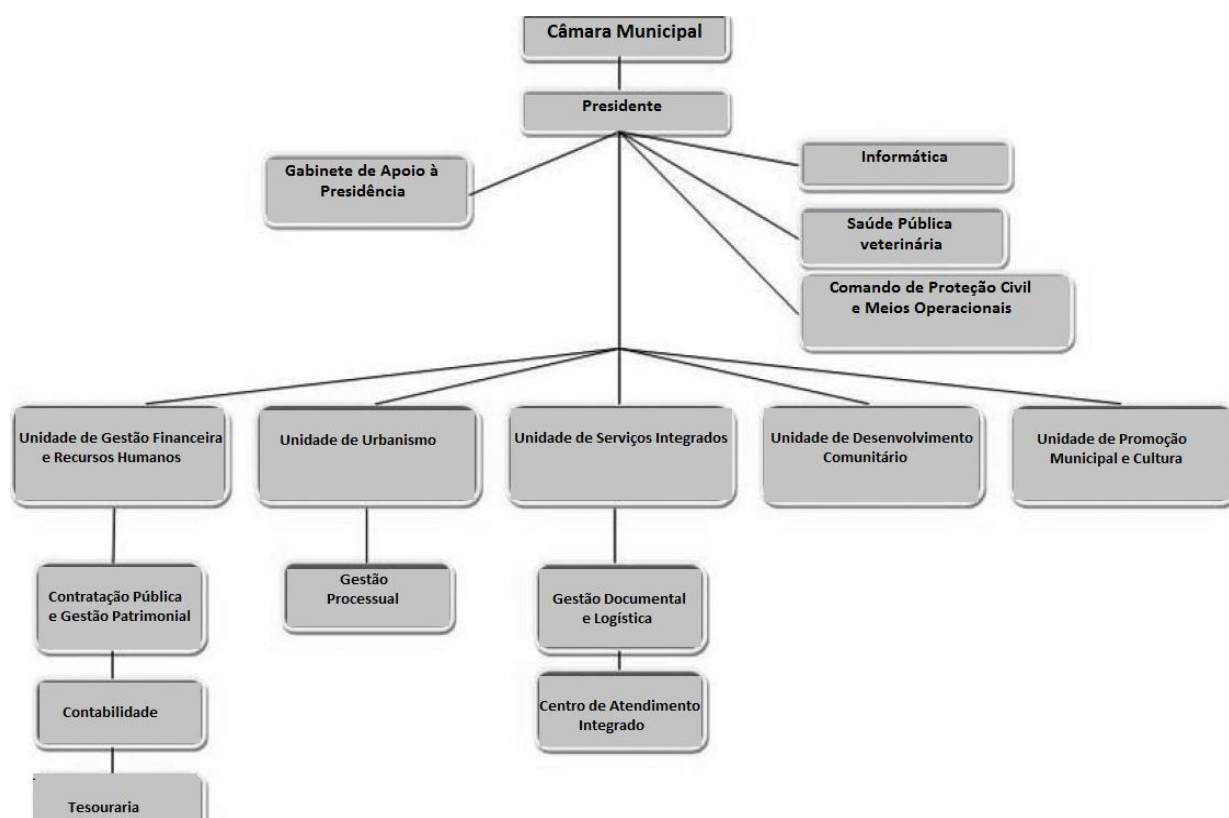
A finalidade desta autarquia local é prioritariamente a prestação de serviços aos seus cidadãos. Daí resultam funções como: a manutenção de espaços públicos, a construção e manutenção de vias públicas, o ordenamento do território, o licenciamento e fiscalização de construção civil, o licenciamento de espetáculos, a preservação do meio ambiente, a manutenção e limpeza de espaços e vias públicas, a fiscalização de saúde pública, a ajuda social, o apoio e promoção do desporto e cultura e a realização de atividades lúdicas. Outra função importante desta autarquia é o apoio, prestado através de transferências em valor ou espécie, a entidades terceiras, tanto públicas como privadas, bem como a instituições sem fins lucrativos.

No final do ano de 2014, a CMAH, segundo o Relatório de Gestão, dispunha de um total de 239 colaboradores, sendo que 235 são contratos por tempo indeterminado, 1 contrato a termo resolutivo incerto e 3 colaboradores em comissão de serviço. Dos 235 colaboradores contratados por tempo indeterminado, 63,83% pertencem à carreira de assistente operacional, 17,87 % são assistentes técnicos, 13,19% são técnicos superiores e os restantes 5,53% são dirigentes, informáticos e outros.

O modelo de organização da entidade é estipulado segundo o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, em vigor desde Janeiro de 2013, aprovado pelo despacho nº1653/2013, de 28 de janeiro. Neste regulamento é convencionado que a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos. Por força da entrada em vigor da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais, houve alterações passando a ser necessário uma reestruturação orgânica, tendo por base novos critérios de organização, bem como a redução do número de dirigentes. Esta reestruturação determinou que o modelo de estrutura hierarquizada fosse aplicado às funções de suporte e organização dos serviços municipais e às funções de natureza operativa, sendo constituído por unidades flexíveis, sob a forma de unidades e subunidades orgânicas.

Através do esquema apresentado na Figura 1, o qual ilustra o organigrama da entidade, observa-se o modelo de organização interna, que fixou em cinco o número máximo de unidades orgânicas: Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos; Unidade de Urbanismo; Unidade de Serviços Integrados; Unidade de Desenvolvimento Comunitário; e Unidade de Promoção Municipal e Cultura. Todas estas unidades orgânicas dependem hierarquicamente do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com competência delegada na matéria. No organigrama também estão representadas as seis subunidades orgânicas, bem como os departamentos de informática, saúde pública veterinária, comando de proteção civil e, por último, o gabinete de apoio à presidência.

Figura 1: Organigrama da CMAH



Fonte: Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (Despacho nº1653/2013, de 28 de janeiro)

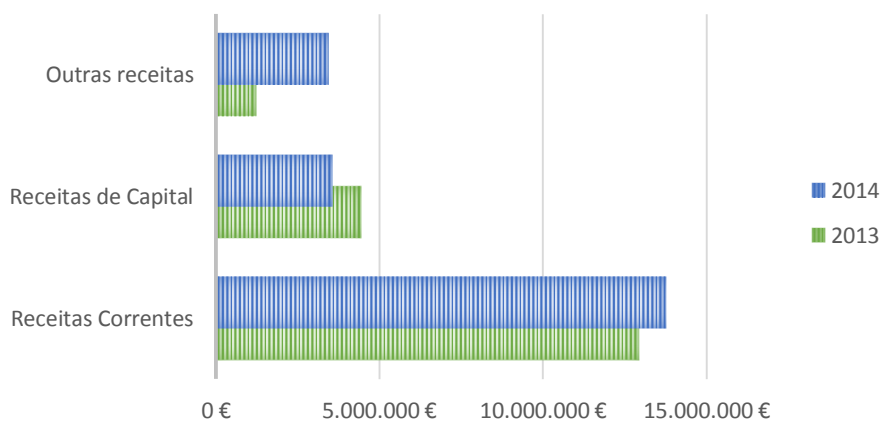
A Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos, na qual se concretizou a experiência profissional deste estágio, tem, entre muitas outras competências, explicadas mais adiante neste Relatório, a de gerir e controlar financeiramente a entidade, abrangendo a preparação

dos elementos conducentes à elaboração dos documentos previsionais e a execução das ações necessárias à elaboração dos documentos de prestação de contas. Todavia, o foco deste estágio foi na subunidade de Contabilidade, cujas funções serão detalhadas mais adiante.

1.1.2. Enquadramento orçamental, económico e financeiro

Recorrendo ao Relatório de Gestão e Contas de 2014 (CMAH, 2014a), procurou-se nesta secção fazer um enquadramento da situação orçamental, económica e financeira da CMAH. Principiando por analisar de forma célere a situação orçamental conclui-se que, quanto à evolução da receita ascendeu os 20,7 milhões de euros, dos quais 13,7 milhões corresponderam a receita corrente e 3,6 milhões a receita de capital, e onde os restantes 3,44 milhões corresponderam a reposições não abatidas aos pagamentos e ao saldo de gerência, conforme apresentado na Figura 2. Comparativamente ao período anterior, a receita corrente teve um acréscimo de 6,3%, enquanto a de capital, conheceu uma quebra de 20%, causada principalmente pela alteração do equilíbrio entre corrente/capital nas transferências provenientes do Orçamento de Estado 2014.

Figura 2: Evolução da receita, em 2014



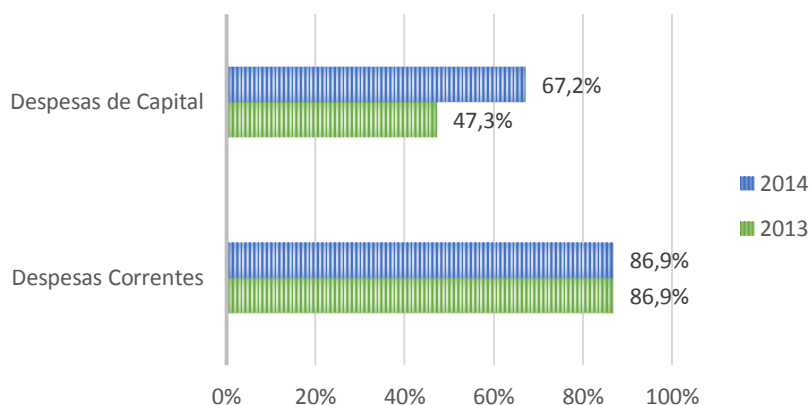
Fonte: CMAH (2014a)

Considerando a receita pela estrutura dos seus grandes agregados, como sejam saldo de gerência, receita fiscal, receita de atividade, receita patrimonial, empréstimos, reposições não abatidas ao pagamento, transferências e outras, ressalta a importância das transferências (e subsídios), tanto de capital como correntes, efetuadas pelo Estado, Administração Regional e Fundos Comunitários, sendo as que representaram o maior peso na totalidade das

receitas do município. Contudo, estas transferências apresentaram uma taxa de crescimento negativa, cerca de menos 2%, relativamente a 2013. Por outro lado, a receita fiscal apresentou uma taxa de crescimento positiva, 15,9%, oriunda principalmente de impostos diretos, relacionados com o aumento de valores arrecadados com o IMI e IMT.

Analogamente despesa municipal alcançou cerca de 18,2 milhões de euros, distribuídos em 9,82 milhões em despesas correntes e 8,43 milhões em despesas de capital. Nas correntes, onde houve maior peso da totalidade da despesa, conforme apresentado na Figura 3, incluem-se as despesas com o pessoal, que consumiram quase metade do valor total da despesa (49%). No entanto, as despesas de capital, contrariamente a 2013, sofreram um grande aumento. Contribuiu para a aquisição de bens de capital, planeados nas GOP.

Figura 3: Evolução da estrutura da despesa, em 2014



Fonte: CMAH (2014a)

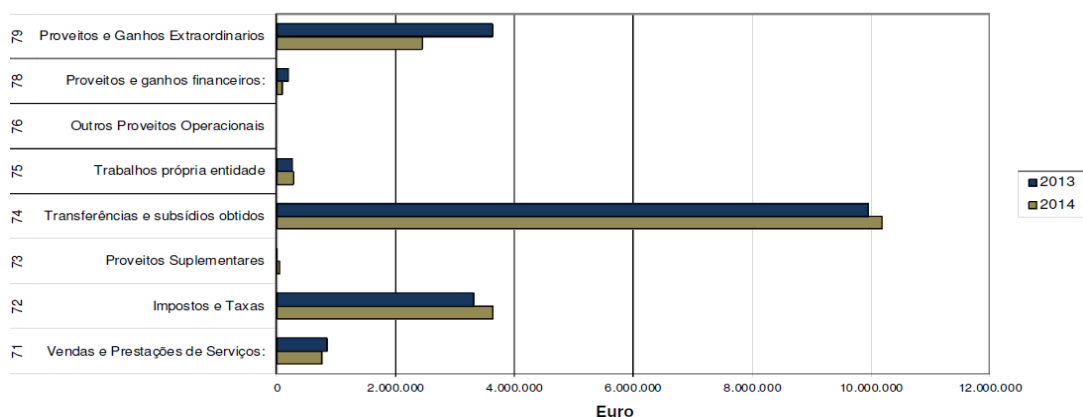
Analisando agora a situação, ou posição, financeira da CMAH, bem como a composição e o valor do património, conclui-se, através de uma análise ao balanço (ANEXO 1), que o valor que a entidade deve a terceiros (passivo) é na ordem dos € 63.357.092,36, enquanto a situação líquida da mesma, ou seja, os fundos próprios, é de € 67.225.157,05. Ainda que este número não seja um valor que determine em absoluto quanto vale a entidade, ele serve como uma referência importante nas decisões de investimento. Concluindo, o valor total do ativo da CMAH é na ordem dos € 130.582.249,41 (passivo + fundos próprios).

Relativamente, à análise dos proveitos e ganhos, bem como dos custos e perdas, analisou-se a demonstração dos resultados do município (ANEXO 2).

Na perspetiva dos proveitos e ganhos constata-se que, relativamente à evolução da estrutura dos proveitos, em 2014, a totalidade foi de € 17.498.036,25. À semelhança de anos passados, destacam-se as transferências e subsídios obtidos, na ordem dos 58,24%. Esta rubrica

conheceu um aumento de 2,34%, relativamente ao ano homólogo, justificado por um maior volume de pedidos de pagamento do programa PROCONVERGENCIA. Neste exercício, é, ainda, de realçar os proveitos e ganhos extraordinários bem como os impostos e taxas, com um peso relativo de 14,04% e 20,84%, respetivamente.

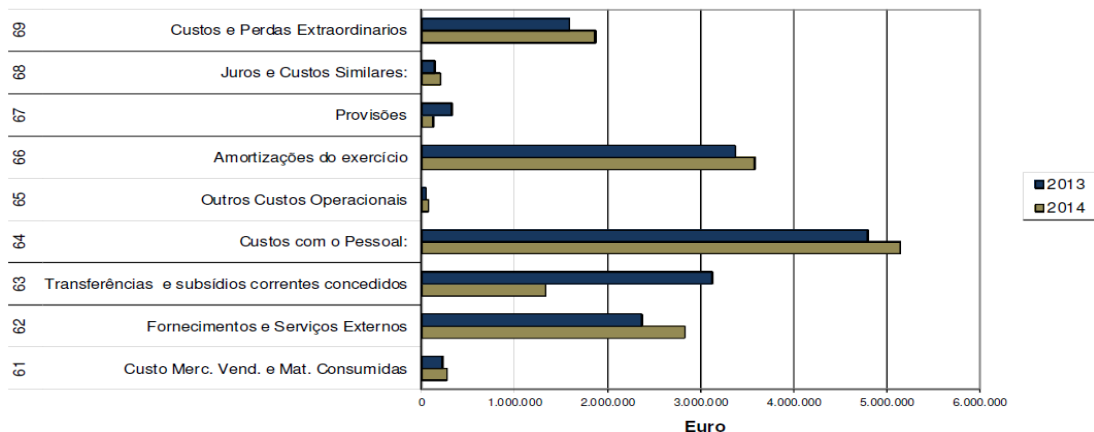
Figura 4: Proveitos e ganhos, em 2014



Fonte: CMAH (2014a)

No que toca aos custos e perdas, rondou os € 15.455.744,10. Neste aspeto destaca-se os custos com o pessoal, cerca de 33,3%. Em termos absolutos o município despendeu mais de € 351.000, relativamente ao ano anterior, nesta conta, representando um acréscimo de 7,33%. Seguidamente, é de destaque neste exercício a conta 66 e 67, amortizações do exercício e provisões do exercício, respetivamente, cujo peso relativo das duas é de 24,02%, cerca de 3,71 milhões. Por fim, surge a conta 63, transferências e subsídios correntes concedidos, que arcando um peso relativo de 8,66%, ou seja, um decréscimo na ordem dos 57,17% em relação a 2013.

Figura 5: Custos e perdas, em 2014



Fonte: CMAH (2014a)

Analisando os resultados para exercício é visível uma subida dos resultados operacionais, Tabela 1. No entanto, convém referir que esta comparação pode ser inflacionada porque em 2013 os resultados operacionais foram atípicos devido ao elevado volume de transferências correntes concedidas. Quanto aos resultados financeiros evoluíram de acordo com o *stock* de dívida do município e com a descida do indexante Euribor, o que acabou por se repercutir positivamente. Por fim, de realçar que os resultados extraordinários registaram um decréscimo significativo muito influenciado pela diminuição dos proveitos extraordinários.

Tabela 1: Resultados da CMAH, em 2014

Resultados	2014	2015
Operacionais	1.557.100,66 €	120.102,76 €
Financeiros	- 101.408,08 €	30.317,13 €
Correntes	1.455.692,58 €	170.419,89 €
Extraordinários	586.599,57 €	2.042.718,23 €
Líquidos	2.042.292,15 €	2.213.138,12 €

Fonte CMAH (2014a)

1.1.3. A Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos

No que diz respeito à Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos (UGFRH), de acordo com o já referido despacho nº1653/2013, de 28 de janeiro, as suas competências abrangem, entre muitas outras, as seguintes:

- Contabilidade, finanças, contribuições, fiscalidade e arrecadação de receita;
- Gerir o sistema centralizado de contratação do município;
- Elaborar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano;
- Processar as faturas;
- Instruir processos de contratação de passivos financeiros e realização de operações de gestão e controlo;
- Efetuar o controlo financeiro de transferências concedidas e obtidas;
- Efetuar o controlo financeiro de operações de receita;
- Efetuar o controlo de garantias e cauções prestadas ao/e pelo município;
- Gerir as disponibilidades;
- Gerir o património e os *stocks*;

- Gerir os recursos humanos, através da emissão de pareceres e informações conducentes à tomada de decisão, atualização do cadastro do pessoal e mapas de pessoal;
- Assegurar as operações relativas ao processamento dos vencimentos e outras remunerações;
- Garantir a atualização do sistema de informação de suporte ao acompanhamento da atividade municipal, a fim de permitir a avaliação dos resultados.

Todas estas competências são partilhadas pelas três subunidades orgânicas agregadas à UGFRH: Contratação Pública e Gestão Patrimonial (de onde fazem parte o Gabinete Técnico, o Aprovisionamento, a Gestão Patrimonial e de *Stocks* e, ainda, os Recursos Humanos); Tesouraria; e Contabilidade.

Como já supramencionado, este estágio decorreu, essencialmente, na Contabilidade, em sintonia com o Gabinete Técnico, cujas competências passam por, principalmente, garantir a elaboração dos documentos previsionais e de prestação de contas, organizar os processos inerentes à execução do orçamento e os demais documentos contabilísticos, e garantir o controlo e acompanhamento da execução orçamental.

Por outro lado, as competências específicas do gabinete de Contabilidade passam, na sua essência, de acordo com o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (despacho nº1653/2013, de 28 de janeiro), por:

- Registrar contabilisticamente todos os factos patrimoniais e operações de natureza orçamental;
- Assegurar os registos inerentes ao sistema de contabilidade de custos, afetação de proveitos e apuramento de resultados;
- Cumprir atempadamente as obrigações de natureza contributiva e fiscal;
- Registrar e emitir guias de recebimento, relativamente a receita municipal;
- Proceder à emissão das autorizações/ordens de pagamento, bem como dos documentos que titulam outras operações relativas a disponibilidades e assegurar a articulação de circuitos e procedimentos com a Tesouraria;
- Desenvolver mecanismos de alerta/sinalização para emissão das ordens de pagamentos respeitantes ao pagamento na totalidade ou em partes dos apoios;
- Executar as ações necessárias à elaboração dos documentos de prestação de contas do município;

- Preparar os elementos conducentes à elaboração dos documentos previsionais, bem como às respetivas modificações.

Neste Regulamento é ainda estabelecido que o gabinete de Contabilidade deve colaborar com todas as unidades orgânicas, tendo em vista o regular funcionamento do circuito de imputação e classificação das obras e atividades incluídas nas GOP e deve preparar, organizar e remeter ao Tribunal de Contas, bem como a outras entidades, os elementos contabilísticos legalmente obrigatórios.

Na Contabilidade da CMAH, tal como nas outras autarquias locais, o sistema contabilístico assenta no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL – Decreto-lei nº54A/99, de 22 de fevereiro)². Neste plano encontra-se um conjunto de classificadores apresentados de forma articulada e consistente, que servem de suporte ao registo contabilístico nos três sistemas contabilísticos obrigatórios: contabilidade orçamental, patrimonial e de custos. O objetivo é transformar a contabilidade autárquica numa contabilidade moderna, de forma a constituir um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais (Carvalho *et al.*, 2004). A informação produzida pelo sistema contabilístico tem como objetivo apoiar a tomada de decisões estratégicas no âmbito da orçamentação plurianual e apoiar a atividade de controlo da atividade financeira da administração local. A aplicação informática utilizada, na CMAH, para controlo contabilístico é o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA) da Associação de Informática da Região Centro (AIRC). Esta aplicação tem uma resposta bastante eficiente, integrada e rigorosa para as necessidades contabilísticas de prestação de contas e de gestão administrativa. Cumpre também as regras e princípios relativamente aos documentos previsionais, bem como as suas respetivas modificações, disponibilizando informação para que os órgãos autárquicos possam acompanhar a execução orçamental, bem como a situação patrimonial.

A fim de garantir tanto a coerência e fiabilidade de dados como uma maior rapidez de processamento, o SCA tem um funcionamento integrado com outros módulos de aplicações utilizados pelas restantes subunidades da UGFRH, a Contratação Pública e Gestão Patrimonial e Tesouraria.

² Aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), definindo os princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração dos resultados, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas.

1.2. Tarefas desenvolvidas durante o estágio

O cronograma deste estágio foi planeado com ajuda do supervisor da CMAH – o Dr. João Pedro Cardoso, considerando, de um modo geral, as tarefas estabelecidas para o período de estágio. Nos primeiros dois meses, o objetivo passou por ganhar competências ao nível da contabilidade geral, analítica e orçamental autárquica, efetuando lançamentos contabilísticos. Ainda nesse espaço de tempo, foi elaborada a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do município para o ano de 2016.

Posteriormente, no mês de novembro, foram recolhidos dados estatísticos do concelho de forma a fazer uma análise da evolução nas vertentes económica, demográfica e financeira, para mais tarde ser publicada no Relatório de Gestão e Contas de 2015.

No final do mês de novembro e durante o mês de dezembro, foi feita uma análise do impacto direto do orçamento na economia do concelho, a fim de perceber o peso do orçamento da autarquia no volume de negócios dos fornecedores do concelho.

Em termos mais específicos, foram executadas as tarefas seguidamente discriminadas.

◆ Lançamentos na contabilidade

O processo de realização das despesas envolve um conjunto de atos e procedimentos de natureza administrativa financeira, nem todos objeto de tratamento contabilístico, com a seguinte sequência (ANEXO 3): elaboração da proposta de despesa, verificação das condições legais para realização da despesa (cabimento), autorização para a realização da despesa, desenvolvimento dos procedimentos concursais, celebração do contrato (compromisso), receção e validação da fatura, emissão da ordem de pagamento, autorização de pagamento, e pagamento (Carvalho *et al.*, 2004).

a) Cabimentos e Compromissos

Em cada dia, um colaborador da Contabilidade fica encarregue do registo contabilístico dos pedidos de cabimento do dia anterior. Cada serviço autárquico faz um pedido interno, através de uma requisição interna³, ao Aprovisionamento que, por sua vez, é reenviado para a Contabilidade para ser cabimentado, isto é, autorizado pela CMAH para a cativação de

³ A requisição interna é o documento através do qual os diversos serviços autárquicos solicitam ao armazém os bens ou materiais que necessitam para o desempenho das suas funções. Caso não haja em *stock* os bens solicitados, a requisição interna serve de suporte à fundamentação da despesa e ao respetivo registo contabilístico do cabimento, permitindo a imediata autorização da despesa e emissão da requisição externa (Carvalho *et al.*, 2004).

verba, prevista no orçamento, para a aquisição de determinado bem ou serviço (Carvalho *et al.*, 2004). Este procedimento supõe a verificação da verba disponível, a correta atribuição da despesa segundo do classificador económico da despesa, e por último o lançamento do cabimento no SCA. Sempre que a finalidade da aplicação do bem requisitado se refere a atividades consideradas nas GOP deve-se fazer referência à respetiva codificação por projeto ou ação.

Após este primeiro procedimento, o Aprovisionamento concretiza a requisição externa (documento que serve de suporte à solicitação externa de bens ou serviços), onde há o registo contabilístico do compromisso simultaneamente, isto é, onde há a assunção, face a terceiros, da responsabilidade de realizar determinada despesa⁴. Por fim desta etapa, a requisição externa é enviada para o fornecedor.

b) Autorizações de Pagamento

O fornecedor, após prestar o serviço ou fornecer o bem, processa a fatura e envia a mesma para a Contabilidade da CMAH como reconhecimento da obrigação daquela perante ele.

As faturas são primeiramente lançadas em receção e conferência, quer isto dizer, são lançadas na conta 228 – *Fornecedores-Faturas em receção e conferência*. No SCA, lança-se a fatura na opção “Documentos em Conferência – Lançamento de Fatura” e seguidamente “Fatura com requisição prévia de bens ou serviços” ou “Fatura com requisição prévia de imobilizado”.

É importante que neste procedimento do SCA a fatura seja associada corretamente à respetiva requisição externa, para cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA, Lei nº8/2012, de 28 de fevereiro). E, para uma correta articulação dos três diferentes sistemas contabilísticos (ANEXO 4), deve ser atribuída a correta classificação orçamental e patrimonial⁵, em consonância com a classificação económica⁶ da despesa já

⁴ Em termos documentais, na fase do cabimento, dispor-se-á de uma proposta para realizar determinada despesa, de um montante estimado, enquanto na fase de compromisso haverá, por exemplo, uma requisição, uma nota de encomenda ou um contrato ou equivalente para aquisição de determinado bem ou serviço (Carvalho *et al.*, 2004).

⁵ O quadro de contas da classificação orçamental e patrimonial integra as classes de 1 a 5, respeitantes às contas do balanço, as classes 6,7 e 8, às contas de resultados, e a classe 0 às contas do controlo orçamental e de ordem (POCAL – Decreto-lei nº54A/99, de 22 de fevereiro).

⁶ Os códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas procedem à distinção das mesmas entre correntes e de capital. O código de classificação económica das receitas públicas procede à sua especificação por capítulos, grupos e artigos, enquanto o código de classificação económica das despesas públicas procede à sua especificação por agrupamentos, subagrupamentos e rubricas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro).

atribuída no cabimento, para que haja o registo das alterações qualitativas ou quantitativas do ativo, passivo e fundo próprio. Por fim, deve ser adjudicado o correto centro de custos, para controlo dos custos da entidade.

Após a atribuição do respetivo número de entrada à fatura, a mesma é enviada para o serviço que a requisitou para ser conferida.

Posteriormente, e após entrada da fatura em OAD (Obras por Administração Direta) ou em GES (Gestão de *Stocks*), procedimento efetuado pelo Aprovisionamento, é feita a transferência para o credor, ou seja, passagem da conta 228 para a 221 – *Fornecedores c/c*. Neste procedimento, algumas vezes existem pequenas diferenças entre o valor da requisição e o valor da fatura; quando tal acontece é necessário realizar uma correção ao valor comprometido e cabimentado da requisição através de um reforço ou anulação.

c) Pagamentos

O último passo é a emissão da Ordem de Pagamento, que é anexada à fatura, juntamente com o relatório de todo o processo, e reenviada em documento físico para a Tesouraria para ser efetuado o pagamento ao fornecedor.

Após o pagamento ser efetuado, as Ordens de Pagamento voltam em suporte físico para a Contabilidade e são arquivadas.

Por fim, o fornecedor entrega o recibo, ou equivalente documento de quitação, como comprovativo do recebimento, que é anexado juntamente com a fatura e ordem de pagamento.

d) Pagamento de amortizações de capital e juros de empréstimos

Normalmente este procedimento é efetuado no último dia útil de cada mês. Através do plano de amortizações, já elaborado em Excel, há um controlo de quais as amortizações de empréstimos a serem pagas em determinado mês e a que banco dizem respeito.

Este pagamento é feito através de um procedimento contabilístico seguido, isto é, é registado o cabimento, logo de seguida o compromisso, seguido da entrada e por fim a emissão da ordem de pagamento.

Através da opção dos contratos inserida no SCA é registada, em separado, uma correção ao cabimento do contrato, tanto para a amortização do capital como para a amortização dos juros, e seguidamente registado novo compromisso para cada uma das amortizações.

Posteriormente, é registada a nova realização, ou seja, procede-se ao registo contabilístico daquela entrada. Por fim, é emitida a Ordem de Pagamento.

◆ **Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016**

A participação na elaboração da proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano ocorreu apenas na ótica das despesas. A previsão das receitas ficou a cargo do Gabinete Técnico. No capítulo 2 deste Relatório, será apresentada uma explicação mais aprofundada da metodologia para a elaboração do orçamento.

a) Despesa de Capital

A este tipo de despesa estão associadas as GOP, porque estas abrangem os investimentos, bem como as atividades mais relevantes, planeados pelo município.

Em primeiro lugar, foi retirado do SCA o mapa que mostra a posição das GOP de janeiro a setembro de 2015, onde está discriminado o financiamento definido para cada programa, o montante já cabimentado, o montante já comprometido, o realizado e o pago. O montante comprometido é aquele cuja responsabilidade já está assumida perante o fornecedor (através da requisição externa) para a aquisição de um bem ou serviço, enquanto o montante realizado corresponde ao que o fornecedor já faturou na prestação do serviço/bem. Por fim, o montante pago é o que está na realidade já pago ao fornecedor.

Após a organização destes dados em Excel, é calculada a dívida, por somatório da diferença entre a soma dos cabimentos e compromissos e entre os compromissos e o valor realizado/pago.

Posteriormente, são analisados os compromissos que ainda não faturados, sendo averiguado se transitam para o ano seguinte ou se ainda serão realizados até ao final de 2015.

Após o apuramento de quais os compromissos que transitam para 2016 e somando o montante previsto pelo Executivo para as ações para o mesmo programa, é obtido o montante previsto para o ano 2016.

Cabe ao Executivo deliberar quais as novas execuções e que custos devem prever. Posto isto, o último passo é lançar no SCA a previsão das GOP.

b) Despesas Correntes

Neste contexto, foram retirados do SCA, através da opção «exploração de mapas» (posição do orçamento por classificação económica), os dados desde janeiro e até ao fim de setembro

de 2015 e organizados em Excel com a dotação disponível no Orçamento de 2015, o montante faturado até à data, e uma extrapolação para os restantes três meses do ano. A previsão para 2016, guia-se pelo montante utilizado em 2015, onde se adicionam novas despesas ou retiram outras. Cabe à chefe dos Recursos Humanos analisar quais as alterações que se verificarão nas despesas com o pessoal (capítulo 01 da classificação económica da despesa), tais como o pessoal que entrará na reforma, as novas contratações, as renovações de contratos de prestações de serviços, entre outras.

Analogamente, para as restantes classificações da despesa corrente (02 – aquisição de bens e serviços à 06 – outras despesas correntes, exceto a 03 – juros e outros encargos), o procedimento utilizado é o mesmo, residindo a diferença na análise dos compromissos que transitam ou não para 2016 bem como os previstos pelo Executivo para o próximo ano. Por fim, lança-se no SCA a previsão da despesa corrente da mesma forma que a despesa capital.

◆ **Recolha de dados estatísticos do concelho**

Este ponto teve como objetivo a análise do concelho na vertente demográfica, económica e social, para uma posterior publicação no Relatório de Gestão e Contas de 2015. Para tal, foram recolhidos dados através do Instituto Nacional de Estatística (INE), nomeadamente através do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), assim como através da plataforma *online* Pordata (<https://www.pordata.pt/Municipios>).

As grandes áreas abrangidas por esta análise foram a demografia, a educação, o mercado de trabalho, as habitações e condições de vida da população e as empresas existentes, nomeadamente o volume de negócios respetivo.

Esta análise de dados começou por enquadrar o concelho segundo a sua dimensão, discriminando a dimensão de cada uma das dezanove freguesias constituintes, bem como a população residente em cada uma delas.

No contexto do mercado de trabalho foi realizada uma análise à população ativa e inativa, bem como a empregada e desempregada, com as respetivas taxas de emprego e desemprego.

As condições de vida foram analisadas através do poder de compra *per capita* dos cidadãos do concelho, bem como a sua proporção relativamente a Portugal como um todo.

Quanto às empresas, a análise dividiu-se entre empresas financeiras e não financeiras. Neste sentido, foram observados dados como o número total de empresas por setor de atividade, o volume de negócios e o VAB.

◆ **Impacto direto do Orçamento e GOP na economia local**

Como última tarefa estipulada para este estágio, foi feita uma análise do impacto direto do Orçamento nos fornecedores locais, de forma a apurar a contribuição direta da Câmara para o crescimento da economia local.

Para tal efeito, foi feita uma recolha através do SCA dos fornecedores da CMAH, englobando ainda os que foram alvo de subsídio.

De um montante faturado até à data do estudo (27 de novembro) de € 17.339.774,21, apenas € 8.212.681,47 foram aquisições a fornecedores locais (montante resultante do somatório das classificações da despesa 07 – aquisição de bens de capita, 02 – aquisição de bens e serviços e 05 – subsídios), pelo que foi com este montante que foi calculado o impacto do orçamento municipal sobre o volume de negócios das empresas locais.

Assim, começou-se por organizar os fornecedores locais das três classificações orçamentais referidas, por setor de atividade económica e determinar qual o peso relativo do Orçamento da CMAH no volume de negócios do concelho.

1.3. Análise Crítica

Começando por fazer uma análise retrospectiva, importa afirmar que ao longo do meu percurso académico, incluindo este Estágio, existiu uma melhoria considerável de competências, quer a nível profissional quer pessoal.

É identicamente imprescindível referir que, além da preparação teórica fornecida pela FEUC, a exigência que distingue esta Faculdade permite aos alunos desenvolver uma capacidade de raciocínio e adaptação a diferentes ambientes, fundamental na realidade do meio profissional marcado pela globalização e competitividade.

Ao longo destes quatro meses de estágio foram vários os conhecimentos colocados em prática resultante dos que foram adquiridos durante a formação académica, nomeadamente no âmbito de várias unidades curriculares que são transversais e indispensáveis nas mais vastas situações, como Cálculo, Macroeconomia e Microeconomia e Estatística. Para além destas, Contabilidade Financeira I e II, Introdução à Gestão, Direito Económico, Economia do Crescimento e Desenvolvimento, Economia da Inovação, e ainda todos os conhecimentos adquiridos nos Módulos de Informática, entre outras, foram importantes.

Porém, muitos são também os saberes que os livros não transmitem e que apenas a prática ensina, designadamente procedimentos de trabalho, formas de organização de tarefas, meios de improviso para solucionar problemas diários, entre infinitos outros.

Terminando, foram diversos os ensinamentos possíveis de retirar desta primeira experiência profissional. Apesar de algumas dificuldades sentidas mas positivamente ultrapassadas, como escassez de conhecimentos na área da Contabilidade Pública, o balanço final do estágio foi deveras positivo. Tratou-se de uma experiência muito satisfatória e enriquecedora, tanto a nível profissional como a nível pessoal, proporcionando a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante os anos de estudo, assim como adquirir tantos outros.

Para a CMAH, acredito que o balanço final também foi positivo, pois permitiu uma troca de conhecimentos, um novo ponto de vista sobre diversos aspetos das tarefas realizadas, além de que estágio foi realizado numa época em que o gabinete de Contabilidade estava mais sobrecarregado e, como tal, o adicionar de mais uma “mão-de-obra” acabou por constituir uma mais-valia.

Capítulo 2 – O Orçamento e as Grandes Opções do Plano

2.1. Conceitos, função e relacionamento

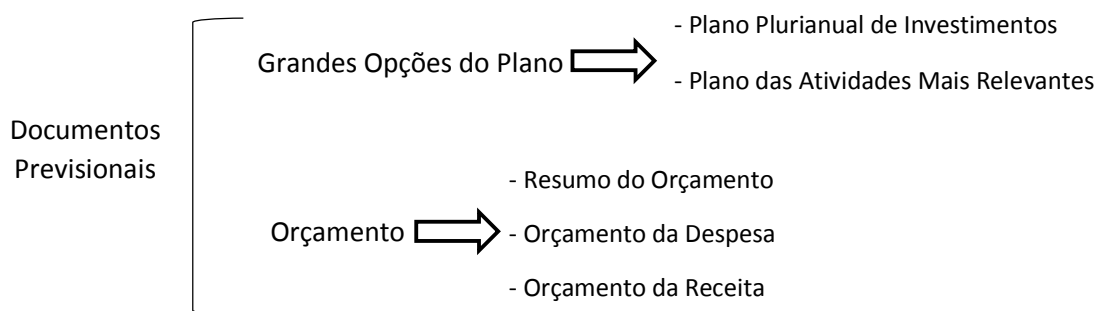
As autarquias locais são o que se designa por administração autónoma de base territorial. No continente, integram as freguesias, municípios e regiões administrativas, por outro lado, nos Açores e Madeira, apenas compreendem as freguesias e municípios. Estas edilidades integram a estrutura do Estado, segundo os termos do nº1 do artigo 237º da CRP.

São várias as razões para a justificação da institucionalização destes organismos, como o facto de, em Portugal, existir uma antiga tradição no sentido do municipalismo e de uma autonomia municipal. Tal deve-se a que o município, definido como a circunscrição do território do Estado na qual os cidadãos associados por relações comuns de localidade, trabalho e tradições, vivam sob uma organização autónoma e livre, no que diz respeito à economia, administração e cultura (Catarino, 2014), tenha sido a primeira unidade política plenamente organizada pelos povos, ainda que, inicialmente, de forma precária. Outra justificação parte do facto do município integrar o “coração” do Estado dentro da ideia de autogoverno das suas populações.

Tudo isto levou a que a constituição política presuma a descentralização das decisões, visando uma maior proximidade local, uma maior eficiência na satisfação das necessidades coletivas locais e também uma maior satisfação das necessidades específicas das populações residentes nos municípios. Assim, as autarquias locais, ou seja, os administradores locais, são definidos como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das suas populações, de acordo com o artigo 235º da CRP. São várias as atribuições e competências livres destas entidades, desde a autonomia financeira até à auto-organização dos seus serviços. Restringindo, pode-se dizer que, por decisão dos seus órgãos, as autarquias locais têm liberdade para conduzir as políticas públicas municipais, cooperando na manutenção da tranquilidade pública e na proteção das comunidades locais. Posto isto, e de acordo com os artigos 237º e 238º da CRP, as mesmas têm património e finanças próprios, gozando de independência orçamental, No entanto, esta independência referida não significa que haja autossuficiência, isto é, as autarquias locais têm uma quota-parte bastante significativa da totalidade das suas receitas proveniente do Orçamento de Estado (OE), através de diversos fundos, como o Fundo de Equilíbrio

Financeiro⁷ e Fundo Social Municipal⁸. Nas autarquias a elaboração dos documentos previsionais, como tantos outros, é obrigatoriamente orientada pela Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), pelo POCAL e, ainda pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI, Lei nº73/2013, de 3 de setembro), o qual estabelece, de acordo com o artigo nº3 e seguintes, um conjunto de princípios, os quais são considerados normas e fundamentos que facilitam o conhecimento e fiabilidade da informação no sentido de haver uma melhor coordenação e solidariedade entre Administração Central e Local. Destes é de destacar o princípio da autonomia financeira, artigo 6º, de onde resultam os poderes de elaborar, aprovar, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento, bem como outros documentos previsionais; elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas; exercer os poderes tributários; arrecadar e dispor de receitas que lhes sejam destinadas; ordenar e processar as despesas autorizadas e de aceder a crédito; e por último, de gerir o seu próprio património, bem como o que lhes seja afeto. Relativamente aos documentos previsionais, estes contemplam apenas a informação do ponto de vista orçamental e podem ser genericamente definidos como um conjunto de medidas previstas estrategicamente a jeito de definir a política adotada por uma autarquia local. O esquema a seguir apresentado, na Figura 7, resume as peças integrantes destes documentos.

Figura 6: Documentos Previsionais



Fonte: Carvalho *et al.* (2004)

⁷ O Fundo de Equilíbrio Financeiro são as transferências que os municípios recebem do OE, sendo repartido em 50% como Fundo Geral Municipal (FGM) e 50% como Fundo de Coesão Municipal (FCM). O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento. Por outro lado, o FCM visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvido, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais (Lei nº 73/2013 – RFALEI).

⁸ O FSM constitui uma transferência financeira do OE consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, saúde ou ação social (Lei nº 73/2013 – RFALEI).

A elaboração do orçamento autárquico é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental, as GOP. Estas definem os objetivos estratégicos de desenvolvimento económico e social de um município, constituindo o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia (Carvalho *et al.*, 2004). São, na sua essência, constituídas por dois documentos, também previsionais, como observado na Figura 2: o plano plurianual de investimentos (PPI) e o plano das atividades mais relevantes.

A apresentação das GOP são realizadas para um horizonte móvel de quatro anos, coincidente com os correspondentes mandatos, constituindo, assim, uma referência importante e obrigatória, para a execução de projetos. Esta temporalidade permite a comparação permanente dos resultados obtidos com os previstos, sendo por isso o PPI o instrumento que melhor reflete a tomada de decisão, tornando-se num instrumento de compromisso político. Isto é, permite que tanto os destinatários finais da atividade autárquica como a Assembleia Municipal avaliem o cumprimento desses compromissos.

As regras relativas ao modo e à forma de definição dos objetivos dos programas e projetos a inscrever tanto no PPI como no plano das atividades mais relevantes devem decorrer de uma identificação prévia das linhas de desenvolvimento estratégico para a autarquia as quais supostamente deveriam coincidir com o período de mandato e, por isso mesmo, têm por referência o quadriénio. No entanto, não se trata de elaborar um plano para um período fixo de quatro anos. Nos termos do POCAL, o PPI é um documento que se vai desenrolando no tempo à medida que vai sendo executado. Assim, quando o plano do ano *n* tiver sido realizado, elimina-se esse e acrescenta-se outro.

A consideração de um plano móvel de quatro anos não contradiz o princípio da anuidade (ponto 3.1. do POCAL, Decreto-lei nº54A/99, de 22 de fevereiro) dado que o que está previsto para as iniciativas dos anos posteriores é o investimento decidido para o ano *n*, seja resultante de ações em curso ou resultante da previsão das ações a iniciarem-se no ano para o qual é elaborado o orçamento.

Com o intuito de reforçar o controlo de gestão e de execução orçamental, são discriminados no PPI todos os projetos, podendo desdobrar-se em ações, que impliquem despesas de investimento (despesas cuja classificação económica se reporta no capítulo 07 – aquisição de bens de capital) no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia local e explicita a respetiva previsão da despesa. Os projetos são agrupados em programas e estes incorporam-se em objetivos, os quais são as grandes áreas de intervenção autárquica. Relativamente à

situação da execução do PPI reflete-se no mapa de execução anual do plano plurianual de investimentos. Este mapa permite avaliar, em cada momento, o grau de execução financeira de cada projeto bem como o nível de execução do financiamento estimado (definido). No entanto, através do mecanismo de modificação ao PPI, poder-se-á transferir através de uma alteração orçamental, o total ou parte dos montantes inscritos na rubrica financiamento não definido para a rubrica financiamento definido, sempre que se efetive a atribuição do financiamento pela entidade competente através da respetiva contratação ou aprovação.

No que diz respeito ao plano das atividades mais relevantes, feitas as devidas adaptações, deve seguir as mesmas regras de elaboração e estrutura que o PPI. Incluem-se atividades de relevância, tal como o nome indica, como as transferências correntes e de capital da autarquia para as freguesias, no âmbito de protocolos de delegação de competências ou acordos de colaboração, bem como a realização de eventos culturais, desportivos e outros que tenham relevância estratégica para o município. Destacar que ainda neste plano devem ser integrados também os subsídios destinados a empresas públicas municipais e intermunicipais, bem como privadas.

Em suma, o modelo de estrutura das GOP deve considerar o quadro de referência de intervenção municipal, onde estão especificados os objetivos e intervenções estratégicas da autarquia para o ano a que se refere o documento, bem como as intervenções setoriais a desenvolver. O modelo deve ainda englobar, para além do PPI e do plano de atividades relevantes, as fontes de financiamento. Isto é, os mapas dos contratos-programa celebrados das ações a que se destinam, os mapas dos empréstimos contraídos (financiamentos definidos), a apresentação de eventuais contratos-programa a celebrar (financiamentos não definidos), e, por último, o mapa dos empréstimos a contrair, tendo em conta o limite máximo de endividamento para o período de quatro anos (financiamento não definido). Todos estes mapas devem estar afetos às ações a que se destinam.

Relativamente ao orçamento autárquico, deverá conter relativamente ao período que respeita as dotações das despesas e as previsões da receita relativas a todas as atividades a desenvolver. A produção do orçamento resultará de uma análise global centrada no planeamento, e funcionará como meio de controlo do Executivo autárquico (Carvalho *et al.*, 2004). Nas autarquias locais o orçamento é constituído por dois mapas: mapa resumo das receitas e despesas, que inclui as correspondentes verbas dos serviços municipalizado,

quando aplicável; e, mapa das receitas e despesas desagregado segundo a classificação económica.

O RFALEI, nos artigos 40º e seguintes, e o POCAL, no ponto 3.3.3, apresenta os princípios e regras orçamentais para a elaboração dos documentos previsionais, são eles:

- Princípio da independência – a elaboração, aprovação e execução do orçamento das autarquias é independente do OE;
- Princípio da anualidade – os montantes previstos no orçamento são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil;
- Princípio da unidade – o orçamento das autarquias locais é único;
- Princípio da universalidade – deve compreender todas as receitas e despesas, inclusive as dos serviços municipalizados;
- Princípio do equilíbrio – deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes;
- Princípio da especificação – discrimina sucintamente todas as despesas e receitas previstas;
- Princípio da não consignação – o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando for permitido por lei;
- Princípio da não compensação – todas as despesas e receitas são inscritas pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza.

Concluindo é obrigatório que a elaboração, aprovação e execução do orçamento seja anual, coincidindo com o ano civil, este documento previsional deve ainda ser único e deverá conter todas as receitas e despesas previstas, isto é, deve englobar as despesas e receitas dos serviços municipalizados, de acordo com as regras orçamentais supra.

O Decreto-Lei nº26/2002, de 14 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, identifica as receitas e despesas cumprindo o princípio da especificação (ponto 3.1. do POCAL, Decreto-lei nº54A/99, de 22 de fevereiro), o qual diz que são nulas as dotações para utilizações de carácter confidencial, ou a constituição de fundos secretos ou mesmo a criação de dotações provisionais. Este princípio aconselha ainda que as despesas sejam fixadas de acordo com a classificação orgânica e funcional, como já esclarecido no capítulo 1, a qual ajuda à obtenção

de indicadores económicos comparáveis e suscetíveis de tradução à escala regional e nacional.

De acordo com a classificação orgânica, funcional e económica, as despesas inscritas no orçamento, para além das despesas de investimento, podem estruturar-se por programas, projetos e ações integrando desta forma as GOP. Este tipo de organização permite, para além da racionalização da elaboração do orçamento, o reforço do controlo de gestão e da execução orçamental. Deste modo, os valores do orçamento são possíveis de coincidir com os valores das GOP ao orientar-se toda a despesa para projetos autárquicos. Em suma, é possível dizer que o orçamento é, em parte, a concretização anual das GOP.

Quanto à execução da atividade orçamental da autarquia, segundo o POCAL, nenhuma receita pode ser liquidada ou cobrada sem que tenha sido inscrita no orçamento, esteja corretamente classificada e seja estabelecida as taxas municipais, as tarifas e preços. Relativamente à ótica da despesa, não é possível autorizar ou realizar um pagamento sem que a obrigação da despesa respeite as normas legais; sem que a despesa disponha de inscrição orçamental, tenha cabimento na respetiva dotação e esteja devidamente classificada; e, por fim, a despesa em causa satisfaça o princípio da economia (minimização dos custos dos inputs no desenvolvimento de uma atividade), eficiência (relação entre o output de um serviço e o volume ou valor dos inputs consumidos para a produção desse output) e eficácia (relação entre output e objetivos da Câmara Municipal).

Cabe ao Executivo, Câmara Municipal, apresentar ao órgão deliberativo, Assembleia Municipal, a proposta das GOP em simultâneo com a proposta de Orçamento. De acordo com a Lei nº73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), a Câmara Municipal, deve até ao dia 31 de outubro de cada ano civil, apresentar a sua proposta para o ano económico seguinte e esta deve incluir um relatório que apresente a política orçamental sugestiva para o município, os mapas orçamentais das receitas e despesas, desagregados por classificação económica e orgânica. Esta proposta deve abarcar também as normas regulamentares de execução orçamental, como a eventual utilização de rubricas inscritas no orçamento que ficam cativas até o executivo autorizar a sua utilização, a determinação do montante máximo de endividamento de curto prazo, o limite máximo de eventuais compromissos, como todas as outras indicações que se revelem indispensáveis à correta gestão financeira dos serviços.

2.2 O Orçamento e as GOP na CMAH

Na CMAH, os documentos previsionais têm, para além de funções políticas e de gestão, relevância para o desenvolvimento da localidade. A eficácia de algumas políticas setoriais, que tradicionalmente eram definidas a um nível nacional, deu-se ao reconhecimento de que a crescente complexidade dos problemas públicos está relacionada com o seu caráter de base territorial e multidimensional, daí adveio a necessidade de definir programas a um nível local e de integrar ações setoriais no âmbito de uma estratégia de base territorial (Cabugueira, 2000).

Assim sendo, as GOP têm vindo a ser estimuladas para que se foquem, em grande parte, no desenvolvimento local. Conceito que tem ganho, cada vez mais, prioridade nas políticas públicas a nível municipal, passando a ser integrado em muitas áreas de política local, como no planeamento territorial, no emprego, e nas políticas sociais, económicas, de habitação, educação e formação (Cabugueira, 2000).

Com efeito, o desenvolvimento local exige a ajuda dos poderes públicos, promovendo a adoção de ciclos plurianuais de apoio financeiro e administrativo, tendo como objetivo a dinamização dos recursos e das capacidades locais a partir das características e das necessidades locais.

O atual Executivo da CMAH, com mandato iniciado em 2013, começou por ter na sua primeira Proposta de Orçamento e GOP a prioridade de cumprir plenamente os objetivos assumidos anteriormente pela autarquia. Embora a situação orçamental e financeira desta seja equilibrada, as linhas orientadoras do orçamento devem estar definidas no sentido de gerar poupanças nas despesas correntes, com vista a dispor de recursos financeiros suficientes à concretização das GOP. Noutra perspetiva, as receitas foram estimadas numa ótica conservadora, dadas as grandes incertezas que pairam sobre a evolução da economia concelhia.

As restrições financeiras estipuladas na proposta da Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2014⁹, consubstanciadas, nomeadamente numa redução substancial das transferências financeiras do Estado para o município de Angra do Heroísmo, conjugadas com o clima económico desfavorável, levaram a uma postura de prudência e rigor acrescidos na

⁹ Lei n°82-B/2014, de 31 de dezembro – LOE.

elaboração dos instrumentos previsionais, particularmente no que respeita à avaliação das receitas, bem como nas opções e prioridades de investimento.

A CMAH, como estabelecido pelo POCAL, estima as suas receitas e despesas segundo o classificador económico da receita e da despesa (Decreto-lei nº26/2002, de 14 de fevereiro)¹⁰. Ambas são divididas em receitas/despesas correntes ou de capital. Por exemplo, as receitas correntes são as destinadas a cobrir as despesas orçamentais que visam a manutenção das atividades municipais. São substancialmente receitas tributárias, das contribuições patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, bem como as provenientes de recursos financeiros recebidos do Estado e Região Autónoma dos Açores (RAA), quando destinadas a atender despesas classificadas como correntes. Por outro lado, as receitas de capital são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, de venda de bens e direitos, provenientes dos recursos recebidos do Estado e RAA e atendem às despesas de capital, tal como acontece com o excedente das receitas correntes. No que concerne às receitas orçadas da CMAH, a Tabela 2 apresenta a estrutura da sua evolução para o período de tempo de legislatura do atual Executivo.

¹⁰ A classificação económica das despesas e receitas é uma das formas de resposta ao princípio da especificação, com o objetivo de as tipificar contabilisticamente tendo em atenção a natureza económica das operações que as originaram.

Tabela 2: Receita orçamental da CMAH

			2014	2015	2016
Receitas Correntes	01	Impostos Diretos	2.946.105€	2.849.010€	3.120.015€
	02	Impostos Indiretos	78.068€	74.997€	58.490€
	04	Taxas, multas e outras penalidades	366.667€	316.096€	353.320€
	05	Rendimentos da propriedade	172.138€	128.252€	95.597€
	06	Transferências correntes	8.629.081€	9.076.719€	9.062.329
	07	Venda de bens e serviços correntes	632.081€	701.765€	449.350€
	08	Outras receitas correntes	75.025€	135.020€	23.520€
TOTAL			12.899.165€	13.281.859€	13.162.261€
Receitas de Capital	09	Venda de bens de investimento	25€	25€	60€
	10	Transferências de capital	7.828.933€	3.133.292€	1.544.582€
	11	Ativos financeiros	760.970€	1.265.891€	951.534€
	12	Passivos financeiros	1.118.134€	166.779€	0€
	13	Outras receitas de capital	15€	15€	15€
	15	Reposições não abatidas aos pagamentos	5€	5€	5€
TOTAL			9.708.082€	4.566.007€	2.496.196€
TOTAL RECEITAS			22.607.247€	17.847.866€	15.658.817€

Fonte: CMAH (2014b, 2015a, 2016).

As transferências correntes e de capital são, sem sombra de dúvida, as que asseguram a receita total nesta autarquia local. As mesmas são realizadas tanto pela Administração Central como pela Administração Regional (RAA). A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios tem como finalidade atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical. De acordo com o artigo 25º do RFALEI esta repartição é obtida através de diferentes formas de participação da autarquia em dois fundos municipais, os já referidos Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), repartido igualmente entre Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal, e o Fundo Social Municipal (FSM). Estas transferências financeiras para os municípios são anualmente inscritas na LEO, bem como nos orçamentos

municipais na rubrica receitas correntes, com exceção do FEF (onde parte é inscrita em receita corrente e outra parte em receita de capital), e transferidos por duodécimos até ao dia 15 do mês correspondente.

Outra forma de repartição dos recursos públicos é efetuada através de uma participação no IRS (artigo 26º do RFALEI), isto é, o município tem direito a uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva área territorial.

Na CMAH, as transferências de capital acarretam ainda um elevado peso na participação comunitária de projetos cofinanciados pela União Europeia, como sejam QRESA¹¹ e PROCONVERGENCIA.¹² A partir de 2016 a CMAH poderá recorrer ao Programa Operacional para os Açores (PO Açores 2020), sendo compartilhado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE.

Relativamente à ótica da despesa para além de estar discriminada segundo o classificador económico da despesa, também se divide segundo o classificador orgânico¹³. Na CMAH, são quatro as classificações orgânicas: 0101 Assembleia Municipal; 0102 Câmara Municipal; 0103 Operações Financeiras; e 02 Serviços Autárquicos. Destas, destacam-se os Serviços Autárquicos e a Câmara Municipal como sendo os que estão associados a maiores montantes de despesa. Na primeira classificação são integrados todas as rubricas de funcionamento geral do município, enquanto na segunda é incluída toda a despesa de funcionamento do Executivo, bem como os serviços de apoio pessoal, e ainda as opções políticas, como os apoios de qualquer espécie às entidades desportivas, culturais e recreativas e, finalmente, as transferências para as dezanove Juntas de Freguesia do concelho de Angra do Heroísmo.

¹¹ O Programa da Qualidade da Rede dos Serviços e Equipamentos de Apoio Social dos Açores (QRESA) é um programa a cargo da Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social, que visa desenvolver modelos da qualidade para as respostas sociais da RAA e um sistema de avaliação da qualidade dessas mesmas respostas (<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srss-drss/livres/QRESA.htm>).

¹² O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA), com execução na RAA, enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política regional da União Europeia, sendo compartilhado pelo fundo estrutural FEDER. A estratégia definida assenta em grandes prioridades estratégicas que estruturam a programação, com intervenção, respetivamente, no âmbito da economia, dos recursos humanos e da valorização do território (<http://www.proconvergenca.azores.gov.pt/>).

¹³ A classificação orgânica tem por finalidade definir as responsabilidades de execução das despesas autárquicas por serviços, facilitando a gestão dos orçamentos municipais ao permitir que cada dirigente dos serviços municipais se responsabilize pela aplicação e controlo das dotações que são atribuídas aos serviços que tutelam, em sede de aprovação do orçamento. O POCAL não apresenta, nem o poderia fazer, uma grelha que uniformize a classificação orgânica em todas as autarquias, dado que a mesma dependerá do tipo de macroestrutura implementada. (Carvalho *et al.*, 2004)

A Tabela 3 apresenta a despesa orçada, por classificação económica, nos últimos anos na CMAH, a fim de comparar com a receita.

Tabela 3: Despesa orçamental na CMAH

			2014	2015	2016
Despesas Correntes	01	Despesas c/ o pessoal	5.055.826€	5.085.005€	5.253.724€
	02	Aquisição de bens e serviços	3.067.929€	3.401.082€	3.627.779€
	03	Juros e outros encargos	286.413€	171.263€	130.238€
	04	Transferências correntes	1.105.856€	1.273.136€	1.639.816€
	05	Subsídios	297.400€	477.365€	430.015€
	06	Outras despesas correntes	170.585€	299.215€	160.255€
TOTAL			9.984.009€	10.707.066€	11.241.827€
Despesas Capital	07	Aquisição de bens de capital	8.815.004€	5.162.071€	2.122.176€
	08	Transferências de capital	2.127.209€	467.010€	445.021€
	09	Ativos financeiros	-	146.261€	146.263€
	10	Passivos financeiros	1.681.025€	1.365.448€	1.649.490€
	11	Outras despesas de capital	-	10€	10€
TOTAL			12.623.238€	7.140.800€	4.362.960€
TOTAL DESPESAS			22.607.247€	17.847.866€	15.658.787€

Fonte: CMAH (2014b, 2015a, 2016).

Nesta perspetiva, as rubricas com maior destaque são as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços correntes, assim como a aquisição de bens de capital. Salientam-se ainda as transferências correntes e de capital concedidas, tal como acontecia na receita com as obtidas. A amortização de empréstimos (passivos financeiros) é uma despesa que se tem demonstrado a diminuir devido ao esforço da CMAH para reduzir o seu endividamento.

Quanto às transferências correntes, são destinadas a sociedades não financeiras, como por exemplo, as freguesias do município, e a instituições sem fins lucrativos. Por outro lado, as transferências de capital são designadas também para as freguesias e instituições sem fins lucrativos, bem como para os serviços autónomos da Administração Local, neste caso, os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

Confrontando as receitas e despesas correntes, verifica-se que a CMAH, tal como estipulado no POCAL (3.1.1. princípio do equilíbrio financeiro mínimo), em todos os anos apresenta um montante das receitas correntes superior ao das despesas correntes. Portanto, dispõe todos os anos de um excedente de receita corrente, o qual apresenta uma tendência para diminuir: inicialmente rondava quase 3 milhões e no último orçamento apenas atingiu perto de 2 milhões. Contrariamente, as receitas de capital são inferiores às despesas de capital, logo conclui-se que o excedente referido é utilizado para cobrir a diferença entre despesa e receita de capital. Esta diferença, tal como a primeira, também diminuiu atingindo no último orçamento 1.866.764€.

De forma global, foram bastante notórias as reduções nos montantes totais orçados de ano para ano. Na proposta de orçamento e GOP de 2015 houve uma redução de 21% relativamente ao ano homólogo. Em 2015 a CMAH manteve uma perspetiva de redução de despesa na sua proposta de GOP – cerca de 12%, relativamente a 2015. Esta redução é explicada por uma diminuição bastante elevada nas receitas de capital da autarquia local, cerca de 53% em 2015 e 45% em 2016. Isto porque, deu-se o finalizar de grandes obras lançadas em 2013, bem como o término do programa PROCONVERGENCIA (o qual atribuiu ao município a quantia total de 18.784.364€). Em consequência, as despesas totais do município também sofreram uma diminuição de forma a cumprir o princípio do equilíbrio. No entanto, ocorreu o contrário nas despesas correntes, ou seja, houve um aumento em cada ano, aumento que, por sua vez, foi bastante insignificante relativamente à diminuição muito significativa observada nas despesas de capital, 43%, em 2015, e 39%, para o orçamento de 2016.

Relativamente às GOP planeadas estrategicamente pelo município de Angra do Heroísmo, estas têm um importante papel na dinamização da localidade. Logo, é necessário a adoção de um sistema de acordo com as especificidades da localidade, assegurando que as decisões tomadas no desenvolvimento corrente da atividade permitam efetivamente atingir os objetivos fixados (CMAH, 2014b).

Deste modo, a CMAH, consciente da importância da intervenção da autarquia no desenvolvimento social e económico do concelho, particularmente num período de emergência social como o que atualmente se vive, em resultado do crescimento do desemprego registado, elegeu como áreas estratégicas prioritárias as sete listadas abaixo.

No entanto, e antes de mais, convém esclarecer que até 2013, a organização dos programas das GOP era agrupada segundo as áreas do classificador funcional da despesa¹⁴. Porém, e de acordo com o POCAL, não existe obrigatoriedade de coincidência do modelo da estrutura de apresentação das GOP com o modelo de estrutura do classificador funcional, pelo que após aquele ano a organização dos programas e projetos da CMAH passou a ser exposta de acordo com as seguintes áreas, única e exclusivamente por decisão do atual Executivo, e sem orientação de alguma legislação:

- 01 - Emprego, crescimento económico e sustentabilidade;
- 02 - Reabilitação e regeneração urbana, desenvolvimento rural, política de habitação e infraestruturas;
- 03 - Proteção civil, ambiente, qualidade de vida e saúde pública;
- 04 - Ação social;
- 05 - Educação formação profissional, cultura, desporto e juventude;
- 06 - Modernização administrativa e organização dos serviços autárquicos;
- 07 - Cooperação institucional e política de geminações.

No primeiro objetivo – emprego, crescimento económico e sustentabilidade – é de destacar alguns programas, tais como o programa municipal de manutenção do emprego, isto é, participação da autarquia em programas de emprego financiados pelo Governo Regional dos Açores, como também o programa de crescimento económico e melhoria da competitividade da cidade, onde são englobados projetos de participação da autarquia em programas de incubação de empresas. Estas iniciativas por parte da CMAH, têm em conta o crescente desemprego que se vive e como tal tentam criar novas oportunidades de emprego para a população desempregada e que procura emprego.

Ainda no âmbito do primeiro objetivo, é importante destacar o programa de inovação e empreendedorismo, porque para uma boa estratégia de desenvolvimento é necessário incentivar a inovação, a capacidade empreendedora, a qualidade do capital humano, e para o conseguir não é necessário realizar grandes projetos industriais, mas antes impulsionar projetos de dimensão adequada, que permitam a transformação progressiva do sistema económico local. Neste sentido, a CMAH englobou três projetos de grande importância: o

¹⁴ O classificador funcional da despesa encontra-se incluído no diploma legal que aprovou o POCAL – Decreto-lei nº54A/2009, de 22 de fevereiro, o qual permite obter a informação sobre o esforço financeiro desenvolvido pelas autarquias, nas diversas áreas de intervenção, na prossecução das suas atribuições, nomeadamente: funções gerais (e.g. segurança e ordem públicas), económicas (e.g. comércio e turismo, indústria e energia, e transportes e comunicações), sociais (e.g. educação, saúde, e segurança e ação sociais) e outras.

projeto do jovem empreendedor; o projeto de cooperação com a Universidade dos Açores e o projeto de fomento de novas atividades económicas no concelho. Segundo Cabugueira (2000), projetos neste âmbito têm como estratégia o estímulo à qualificação profissional, investigação, através da ligação à universidade, valorização da empresa e do espírito de empreendedorismo, de risco, de experimentação, de avaliação e de acompanhamento das ações e iniciativas. Por fim, neste objetivo, é de realçar o programa que engloba projetos no âmbito do turismo, a jeito de promover e dinamizar a cidade património mundial, contribuindo assim para o comércio local (CMAH, 2014b, 2015a, 2016).

O segundo objetivo – reabilitação e regeneração urbana, desenvolvimento rural, política de habitação e infraestruturas – é todo ele de grande importância visto ser aquele onde há maiores perspetivas de investimentos por parte da Câmara. Neste caso, os programas de maior destaque são: reabilitação e revitalização urbana; urbanismo comercial, com projetos no sentido de promover o comércio tradicional; mercados, exposições e feiras; habitação; e, o programa para as vias municipais. Todos estes programas são cruciais para o desenvolvimento urbano (CMAH, 2014b, 2015a, 2016).

O terceiro objetivo – proteção civil, ambiente, qualidade de vida e saúde pública – é também de destacar por estipular alguns programas de elevada importância, como sejam, o programa de conservação da natureza, espaços verdes e de lazer, onde são englobados projetos para gestão das zonas balneares e criação de zonas verdes, o que é importante para que se leve a uma dinamização social do concelho. E ainda os programas de proteção civil, requalificação da rede hidrográfica e ordenamento do território (CMAH, 2014b, 2015a, 2016).

O objetivo que aparece em quarto lugar no mapa das GOP – ação social – normalmente é o que menor montante acarreta em relação às restantes áreas de intervenção. Esta é uma área que todos os anos traduz-se em poucos projetos, sendo que os de maior saliência são os de cooperação com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), através de apoio a estratos sociais desfavorecidos (CMAH, 2014b, 2015a, 2016).

O quinto objetivo da listagem acima apresentada diz respeito à educação, formação profissional, cultura, desporto e juventude. Existem diversos programas como o de educação e formação profissional, de onde fazem parte vários projetos para investimento em novas escolas e em pavilhões desportivos afetos às mesmas. De exaltar também o programa de política cultural, onde são englobados, em grande parte projetos, para as tradicionais festas

da cidade, as Sanjoaninas. Por fim, o programa que acarreta maior investimento é o de infraestruturas culturais e desportivas (CMAH, 2014b, 2015a, 2016).

A justificação para um grande investimento neste objetivo em especial, prende-se com a importância do capital social na sociedade; as instituições, relações e normas é que dão forma à qualidade e quantidade das interações sociais de uma sociedade. De acordo com Cabugueira (2000), “um aumento da disponibilidade deste tipo de capital pode ser uma condição fundamental para atingir uma forma de desenvolvimento capaz de agregar a dimensão económica, social e ambiental”. Porque, segundo o mesmo autor, “cada vez mais se confirma que a coesão social é essencial para que as sociedades prosperem economicamente e para que seja atingido um desenvolvimento sustentável”.

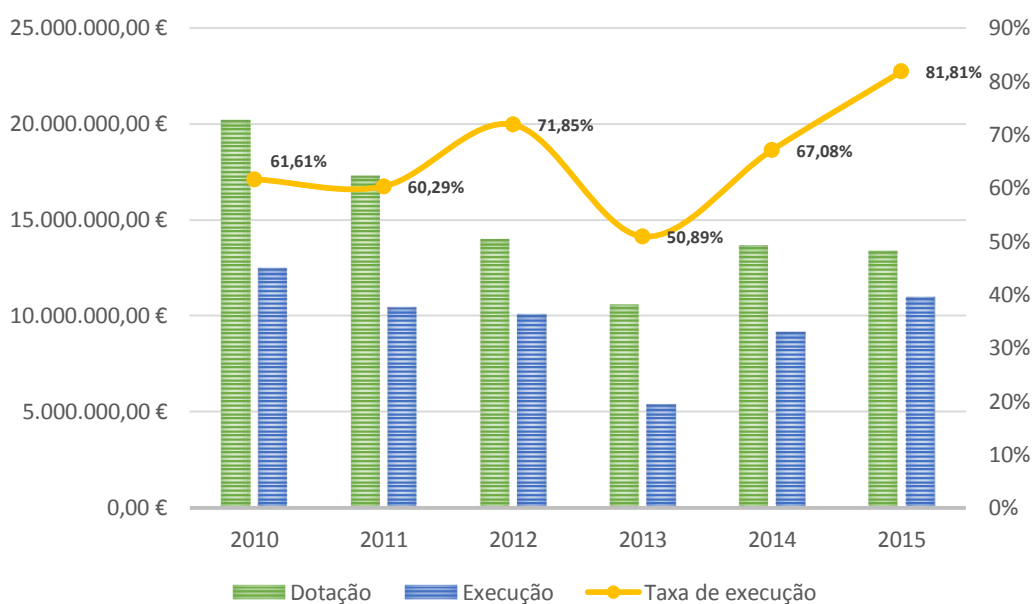
A modernização administrativa e organização dos serviços autárquicos, sexto objetivo de planeamento estratégico da CMAH, divide-se em dois programas: modernização administrativa e organização dos serviços autárquicos. Basicamente, os projetos incorporados nestes programas dizem respeito, tal como o nome indica, a modernização, organização e manutenção dos serviços da Câmara.

Por fim, o último objetivo – cooperação institucional e política de geminações – diz respeito a programas de cooperação com as dezanove juntas de freguesia do concelho, de parcerias com e participação nas associações intermunicipais e de programas de cooperação e intercâmbio com as cidades geminadas. Estes últimos programas mencionados têm o objetivo de criar relações e mecanismos protocolares, essencialmente a nível económico e cultural, através dos quais cidades de diferentes áreas e com políticas distintas estabelecem laços de cooperação, pelo desenvolvimento solidário e pelo bem-estar. A geminação permite estabelecer uma rede universal de cidades, fortificando relações de amizade, intercâmbio e solidariedade, definindo o direito internacional de participação, pelo qual um cidadão de qualquer cidade do mundo participa do bem-estar, do progresso e dos serviços que outra cidade oferece, pelo simples facto de residir ou estar nela (CMAH-<http://www.cmah.pt/>). Os acordos de geminação da cidade de Angra do Heroísmo são com as cidades de Tulare (EUA), Salvador (Brasil), Taunton (EUA), Évora (Portugal), Florianópolis (Brasil), Gustine (EUA), São Vicente (Cabo Verde), Gramado (Brasil), Gilroy (EUA), Porto Novo (Cabo Verde), Cartagena de Índias (Colômbia), e o mais recente, com Jining (República Popular da China) (CMAH-<http://www.cmah.pt/>).

A Figura 7 apresenta a evolução do financiamento previsto para as GOP no município de Angra do Heroísmo, para o período de 2010 a 2015, bem como o que na realidade foi executado nas mesmas, ou seja, o que foi realizado e que leva, consequentemente, a melhorias no desenvolvimento local. A linha mostra a taxa de execução das GOP, indicando que o ano de 2013 foi o que apresentou menor execução (pouco acima dos 50%). Contrariamente, o último ano, ou seja, 2015 foi o ano em que se registou a maior taxa de execução das GOP, na ordem dos 81,81%.

Adicionalmente, na Figura 7 observa-se que o financiamento previsto para as GOP registou uma tendência para evoluir negativamente nos últimos anos, isto é, de ano para ano, excetuando 2014, há uma diminuição na dotação total disponível no orçamento da CMAH para as GOP. Quanto ao investimento realizado na realidade pela CMAH há uma inversão de tendência – entre 2010 e 2013 foi diminuindo, enquanto a partir de 2014 aumentou, isto porque houve a entrada do novo Executivo, e, consequentemente, o planeamento e execução de novos projetos.

Figura 7: Evolução do montante executado das GOP 2010-2015



Fonte de dados: CMAH (2010, 2011, 2012, 2013, 2014c, 2015b)

Capítulo 3 – Análise Económica e Social do concelho de Angra do Heroísmo

Este capítulo apresenta uma análise económica e social do concelho de Angra do Heroísmo, com base num conjunto de indicadores. O propósito é identificar tendências nos últimos anos, ao mesmo tempo que se apreciam as tendências dos investimentos das GOP da CMAH, com associação a estas áreas.

3.1. Metodologia

Para a realização da análise supra mencionada foi considerado um período de cinco anos, de 2010 a 2014 inclusive, escolha esta adequada aos indicadores estatísticos disponíveis publicados para consulta. Ora, como já mencionado no capítulo precedente, a alteração de Executivo em 2013, levou a uma alteração no que diz respeito ao modelo de apresentação das áreas e programas das GOP.

Como o período escolhido para análise abrange duas legislaturas e, portanto, duas formas de apresentação das ditas políticas municipais, foi elaborada a Tabela 5, na qual se procura aproximar a anterior organização das GOP com a atual. Ou seja, tentou-se fazer corresponder os programas apresentados na anterior legislatura com as áreas que lhe parecem corresponder na forma da apresentação das GOP do atual Executivo. De referir que neste quadro apenas estão representados para análise detalhada quatro dos sete objetivos (01, 02, 03 e 05), por serem não só os de maior investimento como também por serem os que se espera que mais contribuam o desenvolvimento concelhio, através de programas de qualificações e de infraestruturas, por exemplo.

Tabela 4: Correspondência entre estruturas de apresentação das GOP e indicadores

	Áreas das GOP 2014-2016	Programas das GOP 2010-2013	Indicadores
01	Emprego, crescimento económico e sustentabilidade	Turismo; Agricultura, pecuária, pesca e produção local; Outras funções económicas	- Nº Empresas - Volume de negócios por empresa - Taxa de ocupação-cama
02	Reabilitação e regeneração urbana, desenvolvimento rural, política de habitação e infraestruturas	Habitação; Espaços urbanos e espaços públicos; Transportes rodoviários; Mercados e feiras	- Edifícios licenciados - Edifícios concluídos - Alojamentos familiares
03	Proteção civil e ambiente, qualidade de vida e saúde pública	Proteção civil e luta contra incêndios; Ordenamento do território; Saneamento; Abastecimento de água; Resíduos sólidos; Proteção do meio ambiente; Indústria e energia	- Bombeiros - Resíduos recolhidos - Resíduos selecionados para reciclagem
05	Educação formação profissional, cultura, desporto e juventude	Cultura; Desporto, recreio e lazer; Educação	- Taxas brutas escolaridade (pré-escola e básico) - Espetáculos ao vivo: bilhetes vendidos, espetadores por sessão, sessões

Fontes: CMAH (2010, 2014b); SREA (2010, 2011, 2012, 2013, 2014); <https://www.pordata.pt/Municipios>

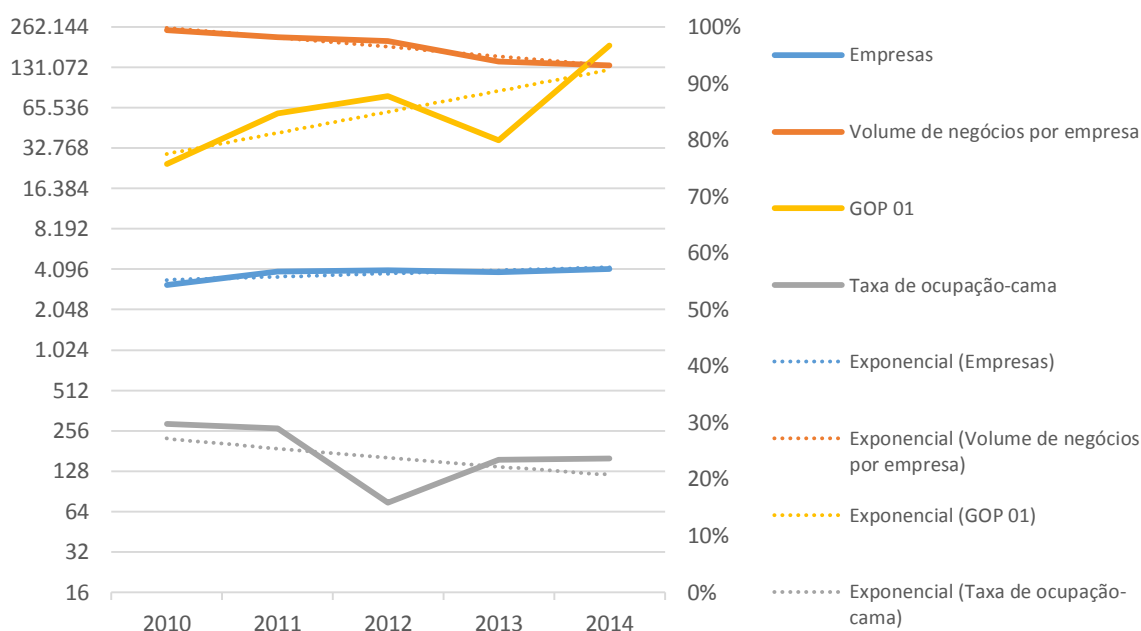
Posto isto, como referido, pretende-se analisar as GOP, no período mencionado, procurando observar a evolução das tendências, comparando os montantes investidos pelo município em cada área económica, social, de urbanismo, etc., com diferentes indicadores económicos e sociais do concelho, associados a estas áreas.

3.2. Análise de alguns indicadores

Relativamente à primeira área de planeamento estratégico da CMAH – emprego, crescimento económico e sustentabilidade – a Figura 8, através da linha amarela, apresenta a evolução do montante executado pela entidade para investimento nesta área. Daquela conclui-se que, excetuando a quebra em 2013, devido ao programa Turismo obter uma execução de zero euros, há uma tendência para o aumento progressivo para execuções neste objetivo. Por outro lado, o incremento que se destaca em 2014 explica-se através da reforma

das GOP na transição de 2013 para 2014, isto é, passaram a haver novos projetos de grande valor e importância para o município como o «Manutenção do emprego» e o «Inovação e empreendedorismo».

Figura 8: Investimento na área 01 e indicadores de atividade económica



Fontes de dados: CMAH (2010, 2011, 2012, 2013,-2014c); SREA (2010, 2011, 2012, 2013, 2014); Pordata - <https://www.pordata.pt/Municipios>

Antes de principiar a análise dos indicadores expostos na Tabela 4, os quais estão associados aos respetivos programas mencionados, convém justificar o porquê do emprego não ser considerado. Os indicadores relacionados com esta área, nomeadamente, as taxas de emprego, desemprego e atividade, apenas estão discriminados e publicados para o município até ao ano de 2011 e, ainda assim, não para anos contínuos. Como o período de análise neste Relatório é de 2010 a 2014, este tipo de indicadores não será estudado por falta de dados. Não obstante, observou-se que aquelas taxas foram aumentando ao longo dos anos até 2011, atingindo 51,7%, 9,3% e 64,6%, respetivamente, no ano referido. Isto é, cada vez é maior a população que está empregada; no entanto, o aumento do número de pessoas ativamente à procura de emprego não é proporcional à oferta deste, logo, a taxa de desemprego também aumentou.

No entanto, o crescimento económico e sustentabilidade podem ser analisados através de alguns outros indicadores, apresentados na Figura 8 para o mesmo período, como são os casos do número de empresas no município (linha azul) e o volume de negócios das mesmas (linha laranja), bem como através de indicadores de atividade turística, como a taxa líquida de ocupação-cama (linha cinzenta), demonstrada através do eixo secundário, a qual mostra a relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis nos estabelecimentos hoteleiros.

Em 2013 117 empresas do concelho de Angra do Heroísmo cessaram atividade, enquanto no ano seguinte, outras 99 abriram atividade. Excetuando esta quebra, observa-se uma tendência, apesar de pequena, para aumento do número total de empresas no concelho. Relativamente ao volume de negócios por empresa, a tendência observada é contrária, ou seja, há uma tendência para diminuir ao longo dos anos analisados. A quebra mais acentuada, justificada pela redução do número de empresas, foi na transição de 2012 para 2013, passando de 145,6 mil euros para 136,2 mil euros por empresa.

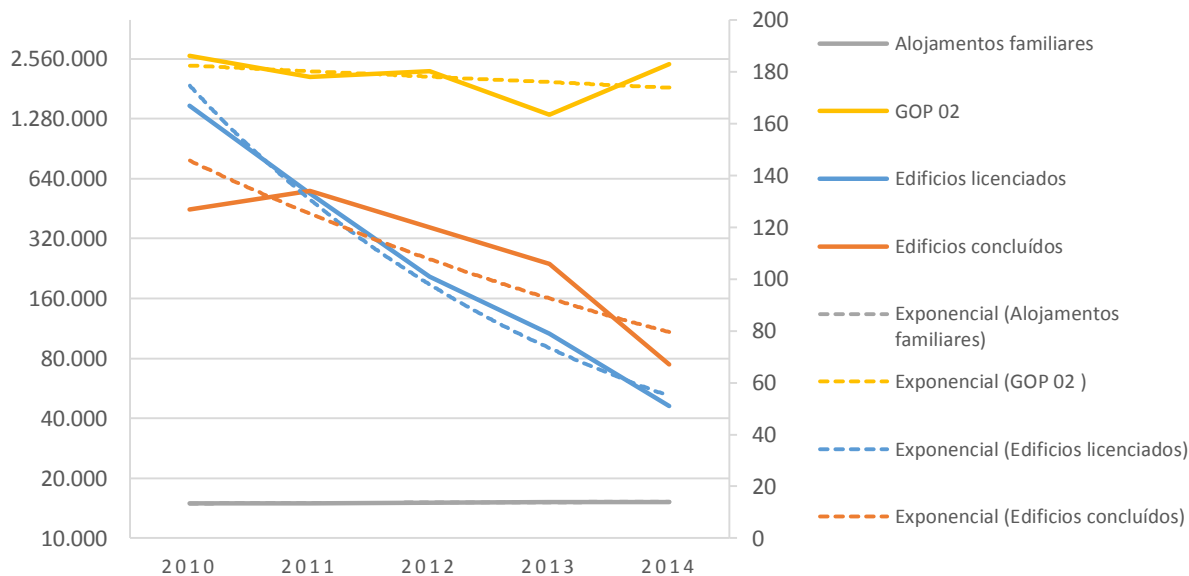
Nestes cinco anos, registou-se ainda evolução negativa na taxa de ocupação-cama: de 2010 para 2014 houve uma redução de 6,1%, o que significa que, apesar de o número de dormidas e a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros ter aumentado ao longo destes cinco anos, o aumento desta última foi superior ao primeiro, ou seja, a ocupação dos estabelecimentos hoteleiros ficou aquém da capacidade dos mesmos. No entanto, esta é uma área em que o município cada vez mais aposta, como por exemplo através de vários projetos de promoção turística.

Em resumo, observa-se que a tendência para o aumento do montante executado neste primeiro objetivo das GOP, é acompanhada no mesmo sentido apenas pelo número de empresas com atividade no concelho, considerando os três indicadores analisados. Porém, a CMAH parece empenhada em aumentar o investimento nesta área, como já se observou também no balancete das GOP de 2015 (CMAH, 2015b), mais especificamente no que concerne aos programas de emprego, empreendedorismo e turismo, por certo esperando que futuramente se venham a observar melhorias nos outros indicadores de desenvolvimento económico do concelho.

Seguidamente, e de acordo com a segunda área de planeamento estratégico da CMAH – reabilitação e regeneração urbana, desenvolvimento rural, política de habitação e

infraestruturas – apresenta-se na Figura 9, através da linha amarela, a evolução do montante executado das GOP para o período em questão.

Figura 9: Investimento na área 02 e indicadores de habitação



Fontes de dados: CMAH (2010, 2011, 2012, 2013,-2014c); SREA (2010, 2011, 2012, 2013, 2014); Pordata - <https://www.pordata.pt/Municipios>

A Figura 9 permite observar que o montante que a CMAH apostou nessa área foi aproximadamente o mesmo todos os anos (na ordem dos 2 milhões de euros). A exceção ocorreu em 2013 (diminuição de 1.077.727€ em relação ao ano anterior), a qual é explicada por uma diminuição nos programas «Habitação» e «Transportes rodoviários», devido à conclusão de projetos nestas áreas. Como para a área destes últimos não são disponibilizados indicadores estatísticos, não será efetuada a análise. Por outro lado, para o programa «Habitação», recorreu-se a alguns indicadores desse contexto, cuja evolução se apresenta na Figura 9, designadamente o número de edifícios concluídos no concelho (linha laranja), bem como as licenças emitidas pela CMAH para construção (linha azul) e o número de alojamentos familiares (linha cinzenta), os quais se destinam a servir de habitação a uma família ou agregado doméstico privado. De referir que os dois primeiros indicadores mencionados são analisados através do eixo secundário, e conclui-se que têm vindo, de maneira geral, a diminuir ao longo do período analisado. O número de edifícios licenciados, que inicialmente registava 161 licenças, diminuiu consideravelmente (cerca de 69%),

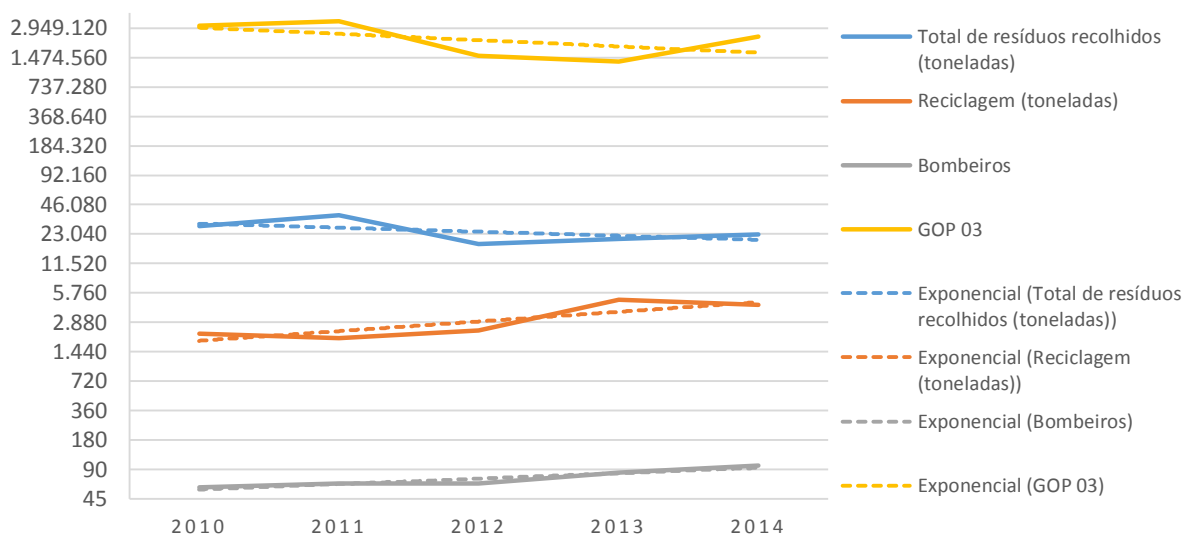
comparando 2010 com 2014. Os edifícios concluídos, apesar de no segundo ano de referência ascenderem para 134, tendencialmente decaíram nos restantes anos.

Já o número de alojamentos familiares, apresentado no eixo principal, cresceu muito ligeiramente (em 274) entre 2010 e 2014, registando nesse último ano 15.226 alojamentos. A Figura 9 permite, em geral, observar que enquanto o montante executado das GOP nas áreas de reabilitação e regeneração urbana, desenvolvimento rural, política de habitação e infraestruturas manteve-se relativamente estável no período analisado, com uma ligeira tendência para decréscimo, os principais indicadores das áreas do urbanismo e habitação reduziram drasticamente.

Se, por um lado, se pode especular acerca de uma suposta tendência para que a diminuição na importância investida pela CMAH nesta área, ao mesmo tempo esta foi acompanhada por um decréscimo no número de licenças para construção e edifícios concluídos no município, devido certamente à conjuntura de crise económica que afetou o setor imobiliário. Porém, importa não esquecer que as GOP nesta área abrangem também investimento no desenvolvimento rural e infraestruturas, para as quais não foram analisados indicadores.

No que diz respeito à terceira área de intervenção – proteção civil e ambiente, qualidade de vida e saúde pública – observa-se, na Figura 10, uma variação ao longo dos cinco anos analisados no que respeita ao montante executado das GOP da CMAH (linha amarela). De 2011 a 2013 há um decréscimo, que rapidamente é recuperado em 2014, com a entrada do novo Executivo, isto é, com a execução de novos projetos para este objetivo.

Figura 10: Investimento na área 03 e indicadores de proteção civil e ambiente



Fontes de dados: CMAH (2010, 2011, 2012, 2013,-2014c); SREA (2010, 2011, 2012, 2013, 2014); Pordata - <https://www.pordata.pt/Municipios>

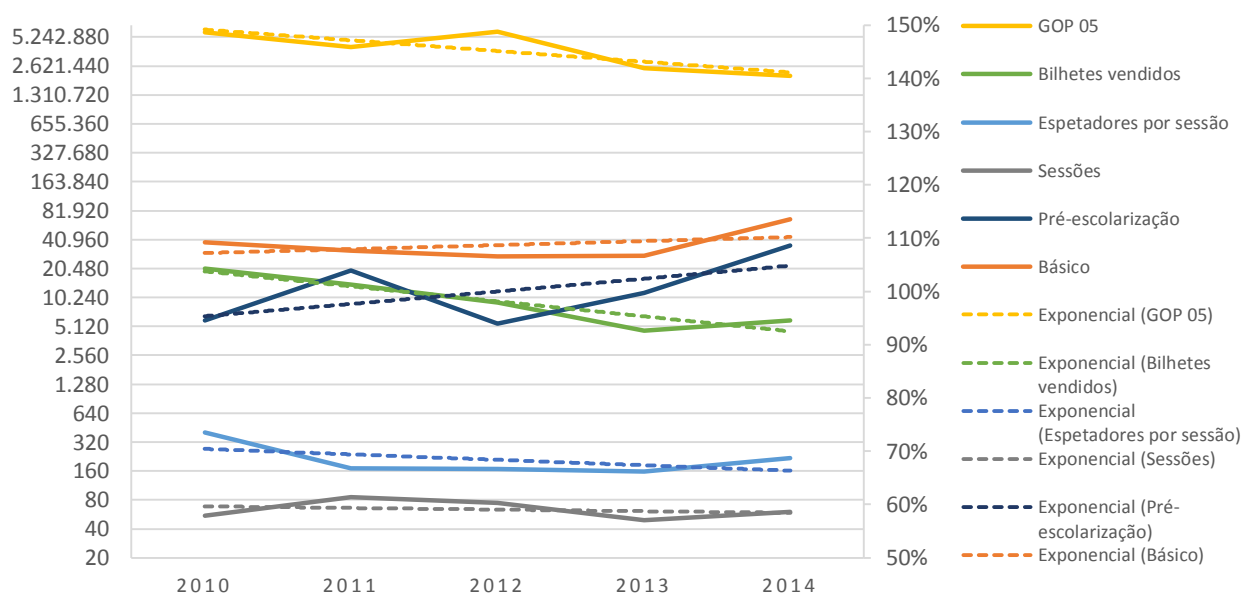
Dentro dos dados disponíveis para análise nos Anuários Estatísticos da RAA, recorreu-se ao indicador do número de bombeiros em atividade no município, cuja evolução representa-se na linha cinzenta da Figura 10. Em 2010, haviam 59 bombeiros no concelho; no entanto, no final do período em questão, este indicador apresentou um aumento na ordem dos 70%, chegando em 2014 aos 98 bombeiros na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. Quanto ao ambiente e saúde pública, os indicadores disponíveis para estudo no município foram a quantidade total de resíduos recolhidos (linha azul) e a quantidade de resíduos selecionados para reciclagem (linha laranja), ambos em toneladas. Observa-se que, em 2011, apenas 1 979 toneladas dos resíduos foram selecionados para reciclagem, ou seja, 5,5% do total dos resíduos recolhidos nesse mesmo ano, sendo que nos anos seguintes deu-se um crescimento substancial deste indicador. Em 2013, apesar de ter sido assinalada uma diminuição na totalidade dos resíduos do município, comparativamente a 2011, houve um aumento de 2 938 toneladas nos resíduos reciclados. Este montante voltou a descer ligeiramente em 2014, registando 4 331 toneladas.

Não foi possível analisar dados estatísticos relativos ao saneamento, energia e ordenamento do território no concelho, por serem, mais uma vez, áreas onde a informação disponível apenas diz respeito à RAA no seu todo, isto é, a informação não está discriminada por municípios.

Por fim, observando as tendências das GOP e dos indicadores, estas têm evoluído em sentidos opostos, ou seja, a tendência para uma diminuição do montante investido pela CMAH neste objetivo é contrária à tendência da maioria dos indicadores analisados, à exceção da totalidade de resíduos.

Finalmente, com o intuito de observar as condições do concelho em programas abrangidos pela quinta área de planeamento das GOP – educação, formação profissional, cultura, desporto e juventude – a Figura 11 mostra a evolução da importância executada (linha amarela) para os cinco anos em análise. Nesta área destacaram-se alguns programas como a «Educação e formação profissional», «Creches e atividades de tempos livres», «Política cultural, «Política desportiva» e «Participação e dinamização da juventude».

Figura 11: Investimento na área 05 e indicadores de educação e cultura



Fontes de dados: CMAH (2010, 2011, 2012, 2013,-2014c); SREA (2010, 2011, 2012, 2013, 2014); Pordata -

<https://www.pordata.pt/Municipios>

O investimento por parte da CMAH nesta área tem vindo a diminuir, exceto em 2012, em que ocorreu um ligeiro aumento, devido ao forte investimento no programa «Educação», mais especificamente em projetos para novas instalações de escolas básicas e atribuição de bolsas de estudo.

Deste modo e começando por recorrer a indicadores da educação, como as taxas brutas de escolarização para a pré-escola e ensino básico, também apresentado na Figura 11, verifica-

se que a taxa de pré-escolarização, isto é, a relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população total residente dos 3 aos 5 anos, em 2011 apresentava cerca de 94%; em 2014 atingiu cerca de 109%. Daqui se concluir que cada vez mais são as crianças com idades fora do intervalo dos 3-6 anos que são matriculadas na pré-escola. É possível especular que a CMAH, em certo ponto, possa ter contribuído para este aumento através, por exemplo, de projetos de «Apoio às creches e jardins-de-infância». Ao mesmo tempo a taxa bruta de escolarização do ensino básico sofreu um aumento em 2014, contrariando a tendência dos anos anteriores.

Relativamente à cultura no concelho de Angra do Heroísmo, centrou-se a análise no contexto dos espetáculos ao vivo. Os dados estatísticos utilizados e apresentados na Figura 11 foram: o número de bilhetes vendidos, a média dos espetadores por sessão e o número de sessões de espetáculos. Em todos eles ocorreu um aumento no ano de 2014, apesar de entre os anos de 2010 e 2013 ter ocorrido uma “crise” na cultura, segundo estes indicadores.

A CMAH, na reforma das GOP, incorporou diversos projetos no âmbito de apoio e iniciativas para espetáculos ao vivo. Como tal, poderá ter contribuído eventualmente para a melhoria observada nas linhas temporais destes indicadores.

Conclusão

Os documentos previsionais, mais especificamente as GOP, as quais acarretam funções políticas e de gestão, definem objetivos estratégicos de desenvolvimento económico e social do município, constituindo o elemento estrutural das políticas municipais da autarquia.

Em Angra do Heroísmo, em 2013, com a entrada de um novo mandato, as GOP sofreram uma reforma no seu modelo de apresentação, e foram criados novos programas e, conseqüentemente, novos projetos. Logo, ao fazer uma análise do concelho, no que toca a alguns temas, foi feita uma correspondência entre a antiga apresentação das GOP e a atualmente em vigor.

Conclui-se que, no âmbito das suas competências, muitas são as áreas de planeamento e efetiva intervenção por parte da CMAH, desde o ordenamento do território, emprego, empreendedorismo, habitação, educação, cultura, desporto, ação social, entre outras. Em síntese, para o período de 2010 a 2014, observa-se que há uma tendência para diminuição do montante executado das GOP, à exceção do primeiro objetivo. Ao mesmo tempo conclui-se que, em 2013, quase todos os objetivos das GOP analisados, obtiveram uma redução nos seus montantes executados. Curiosamente, aquele ano coincidiu com o fim do mandato do anterior Executivo e tomada de posse do atual. Adicionalmente, constatou-se que aconteceu a finalização de muitos projetos iniciados em 2010, como também ocorreu uma redução considerável de verbas do Orçamento do Estado transferidas para a CMAH, o que limitou consideravelmente os investimentos e atividades em todas as áreas de intervenção.

A fim de procurar alguns indícios de associação entre os possíveis investimentos nas GOP da CMAH e o desenvolvimento concelhio nessas áreas, analisaram-se as tendências de evolução dos últimos anos das GOP e de um conjunto de diversos indicadores, para o período de 2010 a 2014. Relativamente a algumas áreas, como por exemplo o emprego, não foi possível aceder a informação de certos indicadores importantes, designadamente porque, até à data não estavam discriminados por município. Ainda assim, conseguiram-se evidenciar alguns elementos acerca das condições económico-sociais do concelho de Angra do Heroísmo, nos últimos cinco anos, e também indicar que determinadas políticas municipais adotadas podem ter tido alguma influência nos resultados expostos.

Terminando, verifica-se que a CMAH ao planear estrategicamente programas de intervenção em várias áreas, tem por objetivo fomentar não só o crescimento e a competitividade do concelho, como também colaborar para o bem-estar pessoal e social dos seus cidadãos,

através de diversos projetos para criação ou melhoria de determinadas infraestruturas e condições, como as que dizem respeito à educação, desporto e cultura, não esquecendo a crescente importância da conservação da natureza e espaços verdes e de lazer.

Bibliografia

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins (2000), *Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspetos de política económica regional.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2010), *Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e programas*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2011), *Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e programas*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2012), *Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e programas*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2013), *Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e programas*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2014a), *Relatório de Gestão e Contas.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2014b), *Orçamento e Grandes Opções do Plano.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2014c), *Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e programas.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2015a), *Orçamento e Grandes Opções do Plano.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2015b), *Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e programas.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO – CMAH (2016), *Orçamento e Grandes Opções do Plano.*

CARVALHO, João Baptista da Costa; FERNANDES, Maria José; e TEIXEIRA, Ana. (2004), *POCAL Comentado*, 2ª Edição, Rei dos Livros, Lisboa.

CATARINO, João Ricardo (2014), *Finanças públicas e direito financeiro*, Livraria Almedina, Coimbra.

FRANCO, António de Sousa (1995), *Finanças públicas e direito financeiro*, Vol. 1, Livraria Almedina, Coimbra.

MCCANN, Philip (2013), *Modern urban and regional economics*, Oxford University Press.

SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES – SREA (2010) *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores*.

SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES – SREA (2011) *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores*.

SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES – SREA (2012) *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores*.

SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES – SREA (2013) *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores*.

SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES – SREA (2014) *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores*.

Legislação

Lei n.º 73/2013 – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – Aprova o sistema contabilístico das autarquias locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL)

Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro – Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a Administração Central

Despacho n.º 1653/2013, de 28 de Janeiro – Alteração à orgânica da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo

Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro – Estabelece o regime da organização dos serviços das autarquias locais

Lei n.º49/2012, de 29 de Agosto – Estabelece o estatuto do pessoal dirigente das Câmaras Municipais

Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro – Lei de Enquadramento Orçamental

Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado

Referências Eletrónicas

AIRC: <http://www.airc.pt/>

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo: <http://www.cmah.pt/>

Direção-Geral do Orçamento: <http://www.dgo.pt/>

Portal Autárquico: <http://www.portalautarquico.pt/>

Portal do Governo dos Açores: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srss-drss/livres/QRESA.htm>

Pordata: <https://www.pordata.pt/Municipios>

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa: <http://www.pgdlisboa.pt/home.php>

Proconvergência Açores: <http://www.proconvergencia.azores.gov.pt/>

Anexos

Anexo 1: Balanço da CMAH, em 2014

ATIVO	2014			2013
	ATIVO BRUTO	AMORT. PROVIS.	ATIVO LIQUIDO	ATIVO LIQUIDO
IMOBILIZADO:				
Bens de domínio público				
461 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
462 Edifícios	17.131,36	1.904,60	15.226,76	15.417,19
463 Outras construções e infra-estruturas	44.742.023,86	21.487.764,20	23.254.259,66	24.066.069,30
466 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	267.486,82	12.667,90	264.928,92	260.140,04
469 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Imobilizações em curso	2.667.948,46	0,00	2.667.948,46	1.001.414,10
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
	47.694.590,47	21.502.226,70	26.192.363,77	25.343.030,63
Imobilizações Incorpóreas:				
431 Despesas de Instalação	6.464,78	6.464,78	0,00	0,00
432 Desp. Investig. e Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433 Prop. Indust. e Outros Direitos	2.060.948,21	1.423.064,91	627.883,30	334.835,67
443 Imobilizações em Curso	201.271,21	0,00	201.271,21	114.822,34
449 Adiantp/Conta Imob. Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.258.674,20	1.429.519,69	829.154,51	449.658,01
Imobilizações Corpóreas:				
421 Terrenos e Recursos Naturais	14.321.984,88	3.198,96	14.318.785,92	14.764.695,11
422 Edifícios e Outras Construções	86.236.404,89	13.306.082,18	72.931.322,71	72.601.126,94
423 Equipamento Básico	3.360.918,36	2.437.377,48	923.540,88	713.737,46
424 Equipamento de Transporte	766.879,30	689.966,26	176.914,04	127.744,23
426 Ferramentas e Utensílios	118.670,24	91.936,84	26.634,40	16.323,11
426 Equipamento Administrativo	422.890,99	387.873,17	35.017,82	44.494,60
427 Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras Imobilizações Corpóreas	416.686,57	179.622,60	237.062,97	232.642,77
442 Imobilizações em Curso	1.267.661,28	0,00	1.267.661,28	692.767,41
448 Adiantp/Conta Imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	106.900.865,51	16.994.955,49	89.905.930,02	88.993.530,63
Investimentos Financeiros:				
411 Partes Capital	394.692,26	75.000,00	319.692,26	341.460,86
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414 Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
416 Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	394.692,26	75.000,00	319.692,26	341.460,86
CIRCULANTE:				
Existências:				
36 Matérias-Primas, Subs. Consumo	137.904,06		137.904,06	106.340,29
36 Produtos e Trabalhos em Curso	0,00		0,00	0,00
34 Subprodutos, Desp. Resid. Refugos	0,00		0,00	0,00
33 Produtos Acabados e Intermediários	0,00		0,00	0,00
32 Mercadorias	376,00		376,00	376,00
37 Adiantamentos p/Conta Compras	0,00		0,00	0,00
	138.279,06	0,00	138.279,06	106.715,29
Dívidas de Terceiros Média-Longo Prazo				
264 + 268 Outros Devedores	9.069.664,18		9.069.664,18	10.206.628,06
	9.069.664,18	0,00	9.069.664,18	10.206.628,06
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
28 Empréstimos concedidos	0,00		0,00	0,00
211 Clientes c/c	77.737,20		77.737,20	94.311,64
212 Contribuintes c/c	32.309,71		32.309,71	1.727,99
213 Utentes c/c	0,00		0,00	0,00
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	748.272,66	721.881,27	26.391,39	27.283,20
261 Devedores pela execução do orçamento	0,00		0,00	0,00
229 Adiantamentos a Fornecedores	2.829,72		2.829,72	3.822,84
2619 Adiant. Fornec. Imobilizado	0,00		0,00	0,00
24 Estado e Outros Entes Públicos	0,00		0,00	0,00
264 Administração autárquica	166.062,00		166.062,00	163.064,00
262+263+267-268 Outros Devedores	1.102.489,00		1.102.489,00	640.876,68
	2.129.690,28	721.881,27	1.407.609,01	931.066,25
Títulos Negociáveis:				
161 Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
162 Obrig. Tít. de Part.	0,00	0,00	0,00	0,00
163 Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
169 Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Outras Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12 Depósitos em instituições financeiras	2.620.670,63		2.620.670,63	3.460.226,46
11 Caixa	4.736,18		4.736,18	16.674,77
	2.625.406,81	0,00	2.625.406,81	3.476.901,23
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271 Acréscimos e Provisões	94.661,11		94.661,11	347.449,63
272 Custos Diferidos	9.388,68		9.388,68	71.079,14
	104.049,79	0,00	104.049,79	418.528,77
Total de Amortizações		40.001.701,88		
Total de Provisões		721.881,27		
Total do Activo	171.305.832,56	40.723.583,15	130.582.249,41	130.255.539,72

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2014	2013
CAPITAL PRÓPRIO:			
51 Património		56.044.643,02	56.044.643,02
55 Ajust.Partes Cap.Filiais e Assoc.		0,00	0,00
56 Reservas de Reavaliação		0,00	0,00
Reservas:			
571 Reservas Legais		499.321,78	388.321,78
572 Reservas Estatutárias		0,00	0,00
573 Reservas Contratuais		0,00	0,00
574 Reservas Livres		8.371.760,90	6.266.346,61
575 Subsídios		0,00	0,00
576 Doações		32.209,20	0,00
577 Reservas decorrentes de transferências de activos		0,00	0,00
59 Resultados Transitados		234.930,00	4.277,17
Subtotal		65.182.864,90	62.702.587,58
88 Resultado Líquido do Exercício		2.042.292,15	2.213.138,12
Total do Fundo Próprio.....		67.225.157,05	64.915.725,70
PASSIVO:			
Provisões P/Riscos e Encargos:			
292 Provisões P/Riscos e Encargos		369.408,44	297.446,43
369.408,44		297.446,43	
Dívidas a Terceiros - Médio-Longo Prazo:			
2312 Dívidas a Instituições de Crédito		16.214.111,70	17.666.013,02
262+263+265+267+268 Outros Credores		0,00	0,00
16.214.111,70		17.666.013,02	
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:			
2311 Empréstimos de curto prazo		0,00	0,00
2312 Empréstimos de M/L Prazo		1.366.448,00	1.681.026,00
269 Adiantamentos por conta Vendas		0,00	0,00
221 Fornecedores C/C		68.973,63	166.674,46
228 Forneced.-Fact.Recep.Conferência		120.496,83	104.734,87
262 Credores pela execução do orçamento		0,00	0,00
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e Utentes		0,00	0,00
2611 Fornecedores de Imobilizado C/C		489,64	10.378,37
2618 Fornecedores de Imobilizado -Fact.Recep.Conferência		242.762,17	81.614,56
24 Estado e Outros Entes Públicos		76.286,49	80.277,20
264 Administração autárquica		0,00	63,48
262+263+265+267+268 Outros Credores		108.460,56	113.335,42
1.982.906,32		2.227.003,36	
Acréscimos e Diferimentos:			
273 Acréscimos de Custos		989.596,60	828.926,63
274 Projeitos Diferidos		43.801.069,30	44.431.425,58
44.790.665,90		45.260.352,21	
Total do Passivo.....		63.357.092,36	65.339.814,02
Total do Fundo Próprio e do Passivo.....		130.582.249,41	130.255.539,72

Fonte: CMAH (2014a)

Anexo 2: Demonstração dos Resultados da CMAH, em 2014

	2014		2013	
PROVITOS E GANHOS				
71 Vendas e Prestações de Serviços:				
Mercadorias	2.159,57		7.820,50	
Produtos	0,00		0,00	
Prestações de Serviços	444.787,60		388.826,30	
713 Rendas	317.242,38		438.982,57	
72 Impostos e Taxas	3.616.700,20	4.410.690,25	3.334.382,12	4.180.011,49
Variação de Produção	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Trabalhos própria entidade	285.264,86	285.264,86	257.052,00	257.032,00
73 Projeitos Suplementares	52.546,54		301,58	
74 Transferências e subsídios obtidos	30.191.620,12		9.938.358,98	
76 Outros Projeitos Operacionais	0,00	10.244.166,66	0,00	9.958.860,56
(B).....		14.940.121,77		14.395.904,05
78 Projeitos e ganhos financeiros:				
781 Juros obtidos	47.706,64		130.983,59	
783 Rendimentos de imóveis	53.231,40		41.877,62	
788 Outros Projeito e Ganho Financeiros	0,00	100.938,04	1.352,47	194.813,68
(D).....		15.041.059,81		14.590.717,75
79 Projeitos e Ganhos Extraordinários		2.456.976,44		3.636.432,11
(E).....		17.498.036,25		18.227.149,84
RESUMO				
Resultados Operacionais: (B)-(A)-		1.557.100,66		1.201.102,76
Resultados Financeiros: (D)-(C)-		-101.408,08		50.317,13
Resultados Correntes: (D)-(C)-		1.455.692,58		1.704.419,89
Resultado Líquido do Exercício: (E)-(G)-		2.042.292,15		2.213.138,12

	2014		2013	
CUSTOS E PERDAS				
61 Custo Merc. Vend. e Mat. Consumidas				
Mercadorias	0,00		0,00	
Mat. Primas e Mater. Consumidos	278.612,98	278.612,98	229.998,36	229.998,36
62 Fornecimentos e Serviços Externos		2.831.009,11		2.372.907,14
63 Transferências e subsídios correntes concedidos		1.337.899,51		3.123.931,88
64 Custos com o Pessoal:				
Remunerações (641+642)	3.822.148,09		3.871.637,67	
Encargos Sociais:				
Pensões (643+644)	11.804,73		4.358,60	
Outros (645)	1.312.692,97	5.146.645,79	919.163,65	4.795.159,92
66 Amortizações do exercício	3.582.540,81		3.372.765,30	
67 Provisões	129.968,40	3.712.509,21	331.434,22	3.704.199,52
65 Outros Custos Operacionais		76.344,51		49.604,47
(A).....		13.383.021,11		14.275.801,29
68 Juros e Custos Similares:				
Provisões para aplicações financeiras	127.322,12		144.496,55	
Outros	75.000,00			
Outros	24,00			
(C).....		202.346,12		144.496,55
69 Custos e Perdas Extraordinários		1.879.376,87		1.593.713,88
(E).....		15.455.744,10		16.014.011,72
88 Resultado Líquido do Exercício		2.042.292,15		2.213.138,12
		17.498.036,25		18.227.149,84

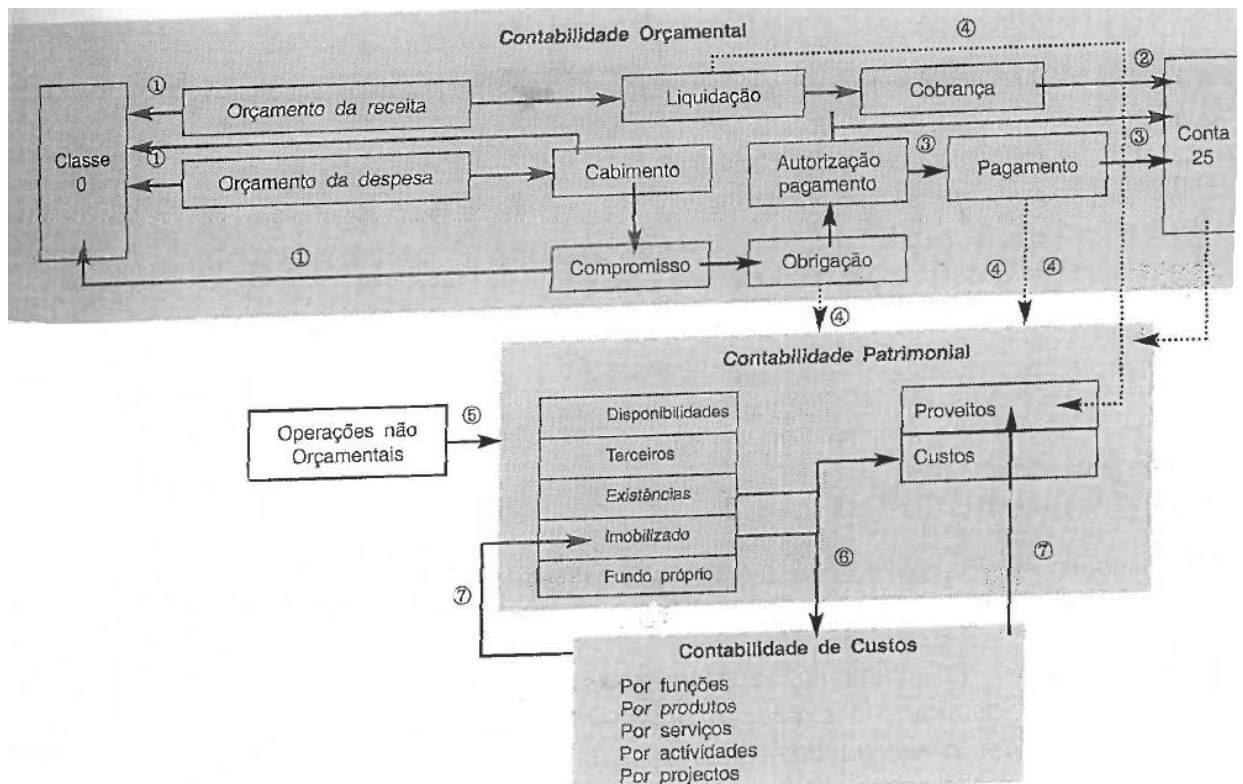
Fonte: CMAH (2014a)

Anexo 3: Fases de realização da despesa

Descrição	Tratamento Contabilístico	Entidade responsável
Elaboração da proposta da despesa - prévia justificação da despesa quanto à sua eficácia técnica, eficiência e económica.	-	Serviço executor da atividade
Verificação da inscrição da despesa na rubrica económica prevista no orçamento e que o seu montante não exceda cumulativamente o previsto, procedendo-se ao cabimento;	Cabimento	Contabilidade
Verificação das condições legais para a realização de despesas	-	Contabilidade
Autorização da realização da despesa e do procedimento concursal a utilizar	-	Executivo ou dirigente responsável com competência legal para o efeito
Desenvolvimento dos procedimentos concursais	-	Serviço executor da atividade
Adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, precedida da retificação do cabimento, se necessário	Retificação do cabimento	Executivo ou dirigente responsável com competência legal para o efeito
Celebração de contrato, emissão de requisição externa ou outro documento equivalente	Compromisso	Serviço designado para a celebração do contrato; Aprovisionamento; Contabilidade
Receção e validação da fatura com verificação da realização da correspondente prestação	Registo da obrigação (1ª fase do processamento), nas respetivas contas correntes e no diário da despesa	Contabilidade
Seleção e listagem das obrigações a liquidar face à disponibilidade de tesouraria	-	Contabilidade
Emissão da Ordem de Pagamento	Liquidação da despesa (2ª fase do processamento)	Contabilidade
Autorização de pagamento		Executivo
Verificação das condições necessárias ao pagamento	-	Tesouraria
Pagamento	Registo do pagamento no diário de tesouraria	Tesouraria
	Registo do pagamento nas respetivas contas correntes e no diário de despesa	Contabilidade

Fonte: Carvalho *et al.* (2004)

Anexo 4: Articulação dos diferentes sistemas contabilísticos



Fonte: Carvalho *et al.* (2004)